



Temáticas históricas acerca da imprensa rio-grandina

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

127



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Temáticas históricas acerca da imprensa rio-grandina



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Temáticas históricas acerca da imprensa rio-grandina



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL OF POLITICAL SCIENCE AND HUMAN SCIENCES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA POLITIQUE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt



**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Temáticas históricas acerca da imprensa rio-grandina
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 127
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Maio de 2026

ISBN – 978-65-5306-084-5

CAPA: BISTURI. Rio Grande, 10 jan. 1892.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Imprensa e conflito discursivo no alvorecer do jornalismo rio-grandino / 11

Usos e abusos da poesia no contexto da imprensa rio-grandina: uma breve amostragem / 33

Violência e guerra civil no Rio Grande do Sul na perspectiva da imprensa rio-grandina (1892-1893) / 69

O término da Revolução Federalista na perspectiva da imprensa rio-grandina / 93

Imprensa e conflito discursivo no alvorecer do jornalismo rio- grandino

A imprensa do Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX, desenvolveu uma firme tradição no desencadear de sérios conflitos discursivos entre seus diferentes representantes. Nesse sentido, o discurso de cunho partidário e político tendia a um acirramento no confronto entre as partes, cada qual buscando legitimar suas construções discursivas e deslegitimar as do adversário, em um processo histórico que se acirrava ainda mais nos contextos de preparação e de deflagração de guerras civis. A política tornava-se assim um dos pontos altos da matéria editorial dos jornais, normalmente engajados, tomando partido de um dos lados em embate, resultando em constantes fenômenos de propagação das atividades jornalísticas, espalhando-se periódicos desde as mais importantes comunas até os mais remotos e longínquos rincões.

Os primórdios do discurso político-partidário ocorreram ainda durante a gênese da imprensa sul-rio-grandense e rio-grandina, quando da fermentação e posterior espocar da Revolução Farroupilha. Nessa época, farrapos e legalistas digladiaram-se mutuamente através dos jornais. Na guerra, ao lado dos eventos militares, se estabeleceu uma preparação ideológica,

através dos discursos, que buscavam o convencimento, de parte a parte, da justeza dos motivos de cada elemento constitutivo do conflito e a Revolução Farroupilha teve seus quase dez anos de “epopeias bélicas” entremeados por uma série de manifestos e declarações. Nesse quadro, tanto as forças rebeldes, quanto o Governo Imperial buscaram demonstrar seus objetivos, justificar suas atitudes e legitimar suas idiossincrasias diante do conflito, de forma que os mais variados conceitos e princípios passaram a ser debatidos, com cada uma das partes litigantes defendendo suas versões e visões discrepantes para os destinos do país e da revolução¹. A imprensa representou, nesse contexto, um dos mais significativos agentes de propagação desses pronunciamentos, servindo à sustentação do confronto discursivo entre rebeldes e governistas².

¹ ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique. *Revolução Farroupilha: história & historiografia*. Rio Grande: s/editora, 1994. p. 53.

² A respeito da imprensa gaúcha nessa época, observar: BARRETO, Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.; MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994.; MELLO, Tancredo Fernandes de. Os primeiros jornais do Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Popular Brasileiro para o ano de 1905*. Pelotas: Echenique, Irmãos & Cia. – Livraria Universal, 1904. p. 129-137.; PORTO, Aurélio. Fundação da imprensa rio-grandense. In: *Terra Farroupilha*. Porto Alegre: s/editora, 1937. p. 216-236.; REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In:

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

O setor da imprensa rio-grandina afinado com os princípios liberais farroupilhas orientou seu discurso no sentido de defender a “liberdade” contra o “absolutismo”, primeiramente, elegendo os restauradores como os inimigos e, posteriormente, sustentando a causa rebelde contra os legalistas. Segundo essa versão, era necessário defender os princípios da “Revolução de 7 de Abril”, de eliminação dos governos “tirânicos”, os quais estariam sendo subvertidos. Afirmava-se, assim, que, depois que a mais memorável e gloriosa das revoluções libertara o país da odiosa tirania de um governo só interessado em atrasar o edifício da nascente prosperidade, qualquer um poderia pensar que ia aproximar-se o ditoso momento

Fundamentos da cultura rio-grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 101-124.; RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1900.* Rio Grande: Editores Carlos Pinto & Comp. - Livraria Americana, 1899. p. 231-257.; RÜDIGER, Francisco Ricardo. O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.* v.13. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1985. p. 116-135.; e SPALDING, Walter. *Exposição do Centenário Farroupilha: a imprensa e o livro no pavilhão cultural (1835-1935).* Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1935. Nesse trabalho, a metodologia empregada está expressa em: ALVES, Francisco das Neves. Imprensa, história e política: uma proposta metodológica ao debate sobre o tema no contexto brasileiro do século XIX. *Revista Comunicação & política.* v. 6. n. 1. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, 1999. p. 245-257.

de ver remediada ou pelo menos minorada parte dos males que, por mais de três séculos, pesavam sobre o povo; e que, debaixo de um governo eleito pelos escolhidos da nação, ela iria saborear as preciosas vantagens das livres instituições. Sustentava-se ainda que, desgraçadamente, porém, tão lisonjeiras esperanças foram logo frustradas no princípio da nova ordem de coisas; de modo que o Brasil não estaria a gozar daquele estado de perfeita tranquilidade, tão necessário para seu melhoramento e felicidade³.

De acordo com as ideias liberais, a imprensa farroupilha propunha o afastamento dos governantes de má administração, criticando os homens que, sem algum outro mérito mais que uma ascendência momentânea, adquirida pelo brilho aparente de um zelo quimérico e pela ostentação de um falso patriotismo, se reputavam com o direito de tudo pretender, embora não possuíssem os recursos necessários para dirigirem as molas da pública administração, nem mesmo aquelas virtudes cívicas que devem fazer o ornato de todo o bom cidadão. Defendia também o “direito à revolução” dos povos, contra aqueles governantes, argumentando que os que se distinguissem pela importância do verdadeiro mérito não poderiam deixar de sublevar-se e opor-se àqueles⁴.

Nesse sentido, um dos objetos mais abordados era a liberdade, enaltecida como princípio fundamental à existência de uma sociedade. Assim, a liberdade era considerada como uma herança a ser transmitida entre as gerações e apontada como inalienável, sendo que, uma vez conquistada, seria imperdível. Apontava-se a

³ *O Noticiador*. Rio Grande, 3 jan. 1832.

⁴ *O Noticiador*. Rio Grande, 3 jan. 1832.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

necessidade de conservação dessa liberdade, por ser ela mais preciosa cem vezes que a fama, mais estimável que a fortuna e de mais valia que a frágil existência. Afirmava-se ainda que a liberdade era para o corpo social o mesmo que a saúde para cada indivíduo, de modo que, se o homem perdesse a saúde, não gozava mais de algum prazer do mundo, e se a sociedade perdesse a liberdade, desfalecia e nunca mais encontrava a verdadeira felicidade⁵.

Demonstrando uma visão mais global e não só restrita à situação nacional, o jornalismo que defendeu os rebeldes criticava as forças conservadoras e restauradoras que pretendiam eliminar o avanço revolucionário-progressista, que tomava corpo, àquela época, em nível internacional. Exclamava-se que os absolutistas disfarçados, os retrógrados recolonizadores, a lisonjeira aristocracia clamavam que o mundo estava na sua última crise, que tudo pereceria se não se procurasse um meio de deter o espírito da revolta e afogar a excessiva mania de liberdade, que vinha exaltando os povos de ambos os hemisférios; diante do que se reagia, considerando esta como uma absurda e injuriosa proposição, perante a qual só restaria rir destes miseráveis, que julgavam que se podia deter e paralisar os interesses e a liberdade do gênero humano, que estando em marcha, não poderiam e nem deveriam retrogradar. No mesmo sentido, declarava-se que em vão os tiranos se ligavam contra os povos, pois estes se libertariam e o que primeiro o conseguisse, desempenharia a augusta missão de libertador da Terra. A ideia de uma “revolução mundial” vinha à tona na

⁵ *O Noticiador*. Rio Grande, 1º abr. 1833 e 24 jul. 1834.

exortação: Nós não queremos a igualdade somente para nossos cidadãos; o gênero humano forma uma só família: os homens, em qualquer clima que habitem, são irmãos. Liberdade para todos! Emancipação para ambos os mundos!⁶.

Na mesma linha, a imprensa rio-grandina vinculada aos ideais dos futuros líderes revolucionários atacava o absolutismo através de constantes críticas aos “tiranos”, com afirmações como que a força dos tiranos só existia na paciência e aviltamento dos povos, ou ainda que, quando os tiranos conseguiam os seus fins, sacrificavam a todos os que teriam facilitado os seus sucessos, ou mesmo que, os abusos da força estavam gravados com caracteres de sangue nas páginas da história. De acordo com tal perspectiva, afirmava-se ainda que a nação que cedia a um homem o poder absoluto, lhe dava o direito de ousar tudo e impunha a si própria a necessidade de tudo sofrer⁷. Nesse quadro, de oposição liberdade X tirania, o “7 de Abril” – a abdicação de D. Pedro I, apontada como a Revolução do 7 de abril pelos liberais – era sempre comemorado como data máxima do recente país e considerado como a vitória da primeira⁸.

⁶ *O Noticiador*. Rio Grande, 1º abr. 1833 e 18 jun. 1834.

⁷ *O Noticiador*. Rio Grande, 11 jul. 1833 e 6 nov. 1834.

⁸ Por esta ocasião, publicou-se este “mote ditoso”: Salve dia, imortal dia/ Da nossa regeneração/ Salve glória da nação/ Assombro da tirania/ Sim oh! dia de ufania/ Honra e glória do Brasil/ Salve dia tão gentil/ Dia do prazer imenso/ Salve dia tão intenso/ Ditoso Sete de Abril/ Neste dia de heroísmo/ No dia Sete de Abril/ Cedeu o bando servil/ Baqueou o despotismo/ Venceu o patriotismo/ Os laços da hipocrisia/ Sucumbiu a sorte ímpia/ Desses vis restauradores/ Neste dia

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Esse setor do jornalismo arvorava-se em defensor público, propondo-se a vigiar os abusos e injustiças de qualquer autoridade e advogar os interesses públicos. Defendia também que as reformas políticas não se estabeleceriam sem agitações e que, quando a maioria da nação reclamava por reformas, os mandatários do povo estavam autorizados e deviam satisfazer a vontade nacional. Às vésperas do início da Revolução de 1835, destacava-se que o grupo dos liberais se compunha dos homens que nos tempos em que era delito pensar livremente e suspirar pelas liberdades públicas, souberam sustentar com arrogância e valor os direitos do povo, ou ainda, dos verdadeiros amigos e sustentadores do 7 de Abril, da maioria da Província, e da parte homogênea dos brasileiros natos, únicos verdadeiramente interessados no adiantamento e prosperidade do solo brasileiro⁹.

Ao mesmo tempo, dedicava-se especial atenção no combate aos restauradores, elegendo-os como os maiores inimigos do país, chamando-os de “caramurus pedristas”, os amigos das coisas velhas, ou ainda de “califa caramuruana”, que pretendia a volta de seu “novo D. Sebastião”, e afirmava-se que os brasileiros preferiam mil mortes a ver restaurado o império do déspota sobre as ruínas da liberdade. A alusão ao sebastianismo português, onde D. Pedro I seria o “novo D. Sebastião”, também se fazia sentir na denominação dedicada à “seita marroquina-caramuruana-

de mil flores/ Pereceu a tirania (O *Noticiador*. Rio Grande, 22 abr. 1833).

⁹ O *Noticiador*. Rio Grande, 27 jan. 1832, 13 ago. 1832 e 20 ago. 1835.

restauradora”, imputada aos restauradores. Desse modo, foi feita campanha aberta contra a possibilidade daquele grupo estabelecer uma “Sociedade Militar” no Rio Grande do Sul, anunciando-se a necessidade de manter a vigilância diante de um inimigo manhoso, cujas intenções só não seriam entendidas por aqueles que de alguma maneira pertencessem ao mesmo bando daqueles miseráveis; bem como alertava-se que a restauração já batia à porta e os malvados já tinham alistado as vítimas, enumerado os proscritos e decidido da sorte dos infelizes liberais¹⁰.

Assim, em nome da defesa pública, conclamava-se a população a reagir contra o fortalecimento do grupo dos conservadores, instigando os rio-grandenses a não dormirem com o melodioso canto daqueles, que, quais morcegos, abanavam as asas, para melhor poder tirar a substância que restava aos gaúchos, que não se consentisse que se instalasse na Província a Sociedade Militar, que de Militar tinha apenas o nome. Sob o argumento do dever social do escritor público, noticiava-se aos leitores a chegada de pessoas que a opinião geral do Brasil apontava como inimigos do povo e das instituições liberais, cabendo à sociedade rio-grandense redobrar a vigilância e estar continuamente alerta sobre essa visita¹¹.

Com a deflagração da Revolução Farroupilha, a imprensa aliada do movimento rebelde enalteceu tal evento, referindo-se ao digno lugar na história que deveria ser reservado à “feliz revolução” provincial de

¹⁰ *O Noticiador*. Rio Grande, 19 jun. 1832, 1º abr. 1833, 21 jan. 1834, 24 jan. 1834 e 12 mar. 1834.

¹¹ *O Noticiador*. Rio Grande, 28 dez. 1833 e 21 jan. 1834.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

vinde de setembro; ou ainda, aos acontecimentos extraordinários e memoráveis que marcaram a “gloriosa revolução”, ocorrida em um “dia salvador”, no qual tantos e tão denodados cidadãos liberais continentistas de diferentes lugares, deram começo a salvar a pátria do governo opressivo e antinacional¹². As proclamações passaram cada vez mais a dirigir-se à exortação pública, incentivando os revolucionários a combaterem os inimigos legalistas, em uma luta na qual os próprios jornalistas dispunham-se a ser voluntários, concitando os “briosos defensores da liberdade” para apressarem-se a concluir a sua obra, já que o tirano e seus sequazes emigrados ainda ameaçavam o Rio Grande, sendo preciso arremessá-los para longe, para o que se poderia contar com a “fraca cooperação” do escritor público, e com os seus pequenos recursos, na certeza que essa oferenda voluntária nascia de corações generosos¹³.

No outro lado do conflito discursivo, estavam os jornais legalistas que estabeleceram uma série de estratégias discursivas no intento de, junto à opinião pública, fazer prevalecer seus pronunciamentos e combater os dos inimigos; uma delas constituiu a constante intenção de atacar e denegrir a imagem do adversário. Assim, os farroupilhas eram apresentados como hordas de bárbaros rivalizando com os antigos hunos, que destruíam os produtos dos suores de muitos anos, através do roubo, do incêndio, do fratricídio, e outros feitos comuns dos canibais. Os rebeldes apareciam também como horda cruelíssima de bandidos, que buscavam saciar a sede de latrocínio e de carnagem,

¹² *O Noticiador*. Rio Grande, 3 e 6 nov. 1835.

¹³ *O Noticiador* Rio Grande, extraordinário nº 3 – out. 1835.

que as entranhas lhes afogueavam. Além disso, considerava-se que o homem corrompido e feroz, no meio de uma guerra civil entregava-se sem freio aos excessos e, arrastado por suas paixões execráveis, punha em prática os atos mais aviltantes e indignos, como estaria acontecendo com os promotores da Revolução¹⁴. As folhas antirrevolucionárias ainda vaticinavam sobre a necessidade de deter o maligno furor dos homens turbulentos, sendo preciso muita energia, unidade de vistas e uma vontade forte capaz de lutar contra todos os elementos desorganizadores¹⁵.

Nesse sentido, conclamava-se a população a não se deixar iludir pelos “anarquistas”, exclamando-se que os inimigos irreconciliáveis do Continente, aqueles que juraram perdê-lo para sempre estavam empunhando as armas contra o governo legal e contra os propugnadores da ordem e das instituições. Sobre os rebeldes, defendia-se que os mesmos não tinham força física suficiente para resistirem ao espírito público da Província, valiam-se da violência para constranger a entrar nas suas fileiras a quantos encontram de qualquer classe ou condição que seja e não tinham força moral para dirigirem os ânimos da maioria da população para o seu desastroso sistema, de modo que se valiam das armas do terror, da intriga e de enganos, para conter os timoratos, fascinar os incautos e fazê-los cair nas ardilosas ciladas. Diante dessas asseverações, instigava-se os gaúchos a que não se deixassem iludir, cerrando os ouvidos a quantos embustes e calúnias fossem pregados por esses homens

¹⁴ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 16 abr. 1836; 20 ago. 1836 e 5 out. 1836.

¹⁵ *O Comércio*. Rio Grande, 30 abr. 1841 e 7 maio 1841.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

mal intencionados, só devendo ser escutados os brados da razão e da justiça proferidos por todos os homens de bem¹⁶.

Os periódicos anti-farroupilhas também estabeleciam paralelos entre os dois lados em conflito, declarando que havia na Província duas sortes de homens, os governistas, fiéis a seus juramentos, seguindo a bandeira da legalidade e que tudo sacrificavam à mais santa das causas, a da salvação da honra e prosperidade da pátria; e os farrapos, que sacrificavam esta mesma pátria a seus peculiares interesses¹⁷. Ao referirem-se aos líderes em confronto, tratavam os militares legalistas como bravos e distintos brasileiros, que nunca capitularam com os anarquistas, tendo constantemente sido pugnadores da honra da Província, enchendo de espanto e terror as fileiras anarquistas. Além disso, faziam uma exortação de honra e glória a estes “bravos da legalidade” e guerra de morte aos anarquistas¹⁸.

¹⁶ O *Mercantil do Rio Grande*. Rio Grande, 24 fev. 1836. No mesmo sentido, este jornal, a 25 abr. 1836, publicava o seguinte soneto: A teus pés cara pátria, arqueja, expira/ O negro monstro da democracia/ Ante os régios degraus da monarquia/ Sufocado dragão, a língua estira/ Eu já vejo queimar na *Sacra Pira*/ As despontadas lanças da anarquia/ Cair por terra ingrata rebeldia/ Do feroz *Corifeu* que *Alecto* inspira/ A causa da razão não se aniquila/ Augusto templo da legalidade/ Não se abate ao poder do novo Sila/ Parabéns te dou oh! Majestade/ Que o Brasil não recua, não vacila/ Ao demagogo aspecto da igualdade.

¹⁷ O *Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 27 fev. 1836.

¹⁸ O *Mercantil do Rio Grande*. Rio Grande, 25 abr. 1836.

Os pronunciamentos dos rebeldes também eram desmentidos e criticados pelos jornais legalistas, afirmando-se que a leitura dos escritos e proclamações daqueles, demonstravam toda a futilidade das razões que apresentavam para colorir seus crimes, invocando o nome sagrado da liberdade. Declarava-se ainda, quanto ao “partido dos malvados”, que ninguém lhes ganhava em mentira, atrevimento, astúcia e ousadia; e que a tática do partido republicano era a de por em jogo todos os prestígios da arte de enganar¹⁹. Atacava-se também a imprensa rebelde, apontando que uma semana não se passava, sem que a facção publicasse uma notícia desagradável, já adulterando os fatos, já inventando outros, e já, finalmente, dando como certo aquilo que só ela na véspera havia concertado²⁰.

Um dos principais objetivos do discurso legalista era o de não conferir qualquer nível de legitimidade aos atos dos rebeldes. Argumentava-se que o jornalista tinha um dever altamente imperioso de utilizar a linguagem da razão e da verdade, em toda a sua nudez e singeleza, dissipando as nuvens da ilusão e iluminando o caminho glorioso trilhado pelos campeões da liberdade legal. A imprensa governista julgava-se formada pelos inimigos da impostura e da imoralidade, e declarava guerra interminável aos anarquistas, buscando desmascarar a perfídia e rasgar o manto da hipocrisia, por ela imputados aos rebeldes. Desse modo, as folhas legalistas criticavam a todos que ousassem anarquizar o Império, propondo inovações perigosas e contrárias ao voto bem

¹⁹ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 24 ago. 1836; 12 mar. 1836 e 26 jan. 1836.

²⁰ *O Comércio*. Rio Grande, 12 mar. 1841.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

pronunciado da parte sensata da nação, que só almejava por tranquilidade e sossego para marchar aos seus altos destinos. Também se questionava o quanto a rebelião estava custando e ainda haveria de custar à Província, bem como se perguntava quem poderia ser assaz perverso e degradado para querer associar-se aos que banharam suas vestes no sangue de seus irmãos, a salteadores reconhecidos por tais, olhados pelas famílias com mais horror do que os mais famosos assassinos que avultavam nos anais dos bandidos²¹.

Nessa linha, ao imputar unicamente aos rebeldes a responsabilidade pela continuidade do estado de beligerância na Província, os jornais legalistas buscavam alertar a população para os prejuízos que a guerra civil vinha trazendo, como mais uma forma de convencimento da opinião pública quanto à necessidade de encerramento do conflito. Dessa forma questionava-se como iria a fortuna dos estancieiros que viam arrebatado o fruto de tão diuturnas fadigas; qual era a situação do agricultor, quanto às suas colheitas e ao estado de seus celeiros; interrogava-se também, quem tornara desertas e fechadas as fábricas, solitárias as aulas e os colégios, paralisados o comércio e a navegação, suspensas as atividades dos homens de ofício e artistas; e sentenciava-se – os anarquistas que respondessem. Segundo a imprensa governista, com a revolta, as assolações chegaram a tal ponto e foram verificadas com tanta rapidez que, se a influência dos “celerados”

²¹ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 19 fev. 1836; 13 fev. 1836; 30 abr. 1836 e 11 maio 1836.

rebeldes predominasse no Continente por mais alguns meses, eles mesmos não teriam de que subsistir²².

Assim, quanto à revolta e seus promotores, os jornais partidários dos governistas declaravam que se tinha infelizmente percorrido todo o curso da revolução e por desdita a população tinha sido vítima de seus terríveis efeitos que eram os dons, com que o gênio mimoseava àquela infeliz Província, bafejando-a com seu pestilento hálito. Na perspectiva da imprensa legalista, era grande o empenho dos “filhos das trevas” em desacreditar as autoridades, levar a desordem e a desmoralização a seu auge, de modo a tudo confundir para perpetuar a anarquia, com que eles se alentavam e com que estavam identificados, porque com ela tinham vivido e nela desejavam ter firme patrimônio²³.

Uma das tônicas dos periódicos governistas era o apelo à manutenção da integridade territorial e política do Brasil, publicando-se constantes conclamações à população para que a mesma resistisse aos rebeldes, acusando-os de pretender desmembrar a Província da “associação brasileira”. Proclamava-se aos “briosos rio-grandenses” que salvassem a integridade do Império, incitando-os a prezar o nome de brasileiros e a união, fechando os ouvidos a quem falasse de vinganças ou a quem procurasse excitar rivalidades; considerando-se que a grande maioria nacional poderia ser iludida, mas não vencida. Questionava-se também o que diria o Império e o que diria o mundo civilizado se os rio-grandenses guardassem o silêncio da covardia diante de

²² *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 27 abr. 1836 e 26 nov. 1836.

²³ *O Comércio*. Rio Grande, 12 mar. 1841.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

um partido que empregava todos os seus esforços para lançar o fogo da rebelião. E ponderava-se que os irmãos das outras províncias eram mais felizes, pois, ao contrário do Rio Grande do Sul, não tinham diante dos olhos, tigres de figuras humanas, embriagando-se do sangue fraternal e uma torrente de bárbaros assolando com o estrondo da tempestade tudo que encontrava em seu curso devastador²⁴.

A imprensa legalista condenava a acomodação e exortava o público a uma decisiva participação em direção ao encerramento da revolta, afirmando que todo o rio-grandense que amasse sinceramente a sua pátria, todo o rio-grandense que não olhasse estupidamente para os males que eram preparados por aqueles desorganizadores, que pareciam ter recebido do gênio do mal as chaves do inferno para entregar os gaúchos às fúrias, não seria, sem dúvida, indiferente à situação assustadora da província, nem poderia proferir as palavras profundamente criminosas - “que me importa?”. De acordo com essa linha de pensamento, questionava-se que série de calamidades aguardaria os rio-grandenses se a doutrina dos rebeldes não fosse enérgica e unanimemente repelida pelos “homens da lealdade”²⁵.

As folhas antirrevolucionárias também cobravam, de parte dos governantes, atitudes mais incisivas no combate à revolução, as quais pudessem levar à liquidação dos rebeldes, eliminando-se, assim, o “mal” no seu nascedouro, quer seja, dando um bom

²⁴ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 8 jun. 1836; 23 jan. 1836; 5 jan. 1836 e 10 set. 1836.

²⁵ *O Liberal Rio-Grandense*. Rio Grande, 29 dez. 1835.

termo aquele foco, tal qual vinha ocorrendo em outras partes do país. Nesse sentido, manifestava-se que restava que as autoridades não tivessem mais condescendência, que cortasse o mal pela raiz, uma vez que todos estariam a saber quem eram os autores de tantos e tão nefastos planos, de maneira que se tornaria forçoso que as leis e autoridades fossem respeitadas, que os cidadãos pacíficos não sofressem com o ludíbrio e o escárnio dos homens perversos e criminosos, de vadios e dissolutos, que só viviam de desordens²⁶.

Nessa conjuntura, os discursos de revolucionários e legalistas, emitidos através da imprensa, intentavam justificar e legitimar as formas de agir e pensar de cada um dos grupos envolvidos no confronto. A imprensa liberal farroupilha propunha-se a promover a defesa dos princípios da Revolução de 7 de Abril; do direito das gentes, ou seja, das liberdades civis e de pensamento e expressão; do direito do povo de afastar os governantes de má administração; e do próprio direito à rebelião contra os governos dito tirânicos. Esse setor do jornalismo rio-grandino atacava abertamente as forças conservadoras, considerando-as retrógradas e reacionárias, representadas, no Brasil, pelos restauradores, e apresentava também a ideia, em termos mundiais, do avanço dos ideais revolucionário-progressistas²⁷. Com a intensificação das disputas e a eclosão da guerra civil, essa imprensa passou a enaltecer

²⁶ *O Comércio*. Rio Grande, 12 mar. 1841.

²⁷ ALVES, Francisco das Neves. Um “escritor público” na cidade do Rio Grande à época da Revolução Farroupilha. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 1996. p. 41.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

os feitos e as atitudes dos farrapos, criticando a ação dos governistas. Por outro lado, o discurso dos jornais legalistas buscou demonstrar que seus articulantes eram os legítimos representantes das instituições rio-grandenses, da ordem e da estabilidade, em oposição aos rebeldes que, segundo aquela concepção, pretendiam anarquizar a Província, ao promoverem a desintegração político-territorial do país e ao afastar o Rio Grande do Sul da associação brasileira. Dessa maneira, os legalistas buscaram legitimar seus atos e anular os dos adversários, bem como contradizer os pronunciamentos e macular a imagem dos inimigos²⁸.

Assim, o discurso jornalístico de cunho político-partidário marcou a gênese da imprensa rio-grandina, bem como a da gaúcha e brasileira. Através de pronunciamentos ricos em concitações públicas, algumas vezes mais direcionados ao sentimento e à paixão do que ao raciocínio e à reflexão, foi entabulada, ao lado da luta armada, uma verdadeira batalha político-ideológica por meio das palavras, em um processo de construção/desconstrução discursiva entre revolucionários e legalistas. Nesse período, a imprensa exerceu importante papel, contribuindo em alta escala para a formação de uma tradição de disputas políticas entre grupos rivais, moldando vocabulários, pronunciamentos e formas de tratamento entre as partes em confronto. Formavam-se, desse modo, alguns dos

²⁸ ALVES, Francisco das Neves. Imprensa e Revolução Farroupilha: um estudo de caso do discurso legalista. *Histórica - Revista da Associação dos Pós-Graduandos em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul*. n. 2. Porto Alegre: APGH-PUCRS, 1997. p. 107.

dispositivos de manipulação da opinião pública por meio da imprensa, com a formação de identidades político-partidárias e a personificação do “nosso” e do “outro”, do “partidário” e do “adversário”, do “aliado” e do “inimigo”, em um conflito discursivo que iria marcar o comportamento do jornalismo ao longo dos diversos embates políticos, partidários e militares típicos da formação histórica sul-rio-grandense²⁹.

²⁹ Publicado originalmente em: *Política e imprensa no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007. p. 7-19.

NUMERO 126 SEGUNDA FEIRA 1.ª DE ABRIL ANNO DE 1835

O NOTICIADOR,

JORNAL POLIT., LITT., E MERC.

Subscriver-se para esta folha, que sairá ás segundas e quintas feiras, á 4000 rs. por semestre, pagos adiantados, vendendo-se ás avulsas á 80 rs., na mesma Typographia na Direita. Na loja do Sr. Carlos Antonio da Silva Soares e na Botica do Sr. Antonio Joaquim do Silveira Mariano.

La Liberté est la mère des vertus, de l'ordre, et de la durée d'un état: le despotisme au contraire, au produit que des vices de la lâcheté, et de la misère.

SIXIEME, TOME I. SECTION II. PAG. 123.

VILLA DO RIO GRANDE DO SUL. 1835. NA TYPOGRAPHIA DE FRANCISCO XAVIER FERREIRA.

(CONTINUAÇÃO DO N. ANTERIORE.)

Art. 182. Se o réo resistir com armas, o Executor fica autorisado a usar d'aquellas, que entender necessarias para sua defesa, e para repeller a opposição: e em tal conjunctura o ferimento, ou morte do réo he justificavel, provando-se, que de outra maneira corria risco a existencia do Executor.

Art. 183. Esta mesma disposição comprehende quaesquer terceiras pessoas, que derao auxilio ao Official Executor, e os que prenderem em flagrante; ou que quizerem ajudar a resistencia, e tirar o preso de seu poder no conflicto.

Art. 184. As prisões podem ser feitas em qualquer dia útil, domingo, ou santo ou mesmo de noite.

Art. 185. Se o réo se metter em alguma casa, o Executor intimará ao dono, ou inquilino della para que o entregue mostrando-lhe a Ordem da prisão e fazendo-se bem conhecer se essas pessoas não obedecerem immediatamente, o Executor tomará duas testemunhas, e, sendo de dia, entrará a força na casa arrombando as portas, se for preciso.

Art. 186. Se o caso do Art. antecedente acontecer de noite, o Executor, depois de praticar o que fica disposto, para com o dono, ou inquilino da casa á vista das testemunhas tomará todas as sabidas, e proclamará tres vezes incommunicavel a dita casa.

Art. 188. Toda esta diligencia deve ser feita perante duas testemunhas, que assignem o acto, que della lavrar o Official.

(Continua-se-hd.)

RIO GRANDE.

A herança da Liberdade é envenenavel: o homem não tem direito algum sobre si: o contracto do negro vendido é illusorio. A Liberdade, uma vez conquistada, é imperdível, e o que a vende commette hum suicidio moral.

Se devemos a nossos antepassados a conservação do seu nome intacto, e purto, se deremos a nossos filhos a transmissão do patriotismo de seus pais; se não podemos sustentar a obra mais perfeita que sahio das mãos da Divindade; segue-se, que ao grande Sor, á nossos avós, á nós-mesmos somos devedores da conservação desta liberdade, mais preciosa com vezes que a fama, mais estimavel que a fortuna, e de mais valia, que a fragil existencia: porem os absolutista disfarçados, os retrogrados recolizadores, a lisongeira aristocracia, cujo idolo é a intriga, e ouro, elamão, que o mundo está na sua ultima crise, que tudo perecerá, se não procurar hum meio de deter o espirito da revolta, e afogar a excessiva mania de liberdade, que tem exaltado os Povos de ambos os emispherios.

Cya á vista do tio abunda e influencia em...

O LIBERAL

RIO-GRANDE.

Publica-se duas vezes por semana, e recebem-se as assignaturas na casa do Sr. Carlos Antonio da Silva Soares.

A nossa liberdade, honra, e existência politica estão em perigo! Rio-Grandenses salvai a Patria. (Anônimo.)

Rio Grande, Na Typ. da Mercantil, Rua Direita, 1836.

RIO GRANDE.

SE a proclamação do Chefe dos rebeldes, que vai abaixo transcrita em quadro morto cõr tinta a posição dos Rio-Grandenses leaes, parece que os successos apostados a desmentir-o vão de dia em dia apresentando factos, que provando evidentemente a stititude respeitavel dos defensores da União Brasileira, rasgão inteiramente o fregil vão da impostura com que o furioso Hemisgogo pretende encobrir aos seus a sua proxima, inevitavel ruina. Importando-se pouco com a veracidade de suas asserções o burlesco Dictador avança com toda a sem-cerimonia e que o Commandante das Armas fogia espavorido diante das suas *cohortes vencedoras*; e o destincto Chefe das forças leaes vá pessoalmente á Capital da Provincia á testa dos bravos da lealdade provar ao chefe rebelde, que não fogio. O Rio Grande, e o Norte, já livres do jugo que os opprimia, que na fraze dos improvisados livres quer dizer, que haviam cahido sob o poder dos mais incarnigados inimigos da Patria; e no entanto estes dois baluartes da Legalidade, e da Ordem cada vez mais inexpugnaveis, e sobranceiros aos ataques dos anarchistas zombão das fufarronadas de seus cobardes sitiantes, e muito ambicioso, que elles lhe deparem oportunidade de lhes mostrar até onde chega o valor de Cidadãos, que defendem os mais nobres interesses da nação.

tidarios, pois não é de suppor, que a sua impudencia, e descarada impostura os levasse ao ponto de quetereem illudir os chefes das forças leaes de Porto Alegre, que recebendo continuas participações officiaes estavam perfeitamente ao facto do estado dos nossos negocios. Bem faz o General Major, que postando-se com os seus bravos *vencedores de Marengo* duas leguas distantes desta Cidade á mais de 30 dias, tem esgotado a sua sublime strategia, e ainda não achou noite que lhe agradasse para atacar as trincheiras do Rio Grande, ou talvez receia que a sua mal curada fisionomia soffra alguma nova destella, qual á que experimentou no combate de 2 de Junho. E digão lá, que o *Anjo da victoria* não segue passo a passo as fileiras dos livres.

Os defensores de Porto Alegre, tem assás mostrado aos rebeldes quanto pode o valor, e o patriotismo em peitos generosos. Nada ha que possa exceder a coragem, e ao denodo com que os bravos sustentadores da integridade do Imperio tem, naquelle ponto, repellido os reiterados assaltos, que tem soffrido desses furiosos, que desesperadamente avançam, e que rechaçados e perseguidos muito além das fortificações, que defendem a Capital, forão queixar-se de seu infortunio, observando que o *Anjo da victoria* bairia seguido passo a passo as fileiras de seus contrarios.

Por toda a parte o terreno, em que pizão os anarchistas se torna fútil.

N. 205. **SABADO 17 DE AGOSTO** 1859.

O MERCANTIL

DO

RIO GRANDE.

Subscree-se para esta folha nesta Typografia a 40000 R. por semestre, PAGOS ADEANTADOS. Os annuncios dos Srs. Assignantes serão inseridos *gratuita*, e das pessoas que o não forem a razão de 100 rs a linha.

PORTO ALEGRE.

Quartel General em Porto Alegre 8 de julho de 1859.

ORDEN DO DIA.

Achando-se á muito tempo com licença indeterminada o Tenente Antonio Prudente da Fonseca, e o Aliees Felipe Carvalho da Fonseca, ambos da extincta 2.ª linha, e que são considerados como adidos no 2.º batalhão provisório de guardas nacionaes em destacamento, cujos consta estarem no Estado Oriental curando de seus interesses; e não sendo conforme, e menos conveniente, que na força destacada se contem praças que não existem em serviço: ordena porisso o Ex. Sr. Tenente General Commandante em chefe do exercito em operações nesta Provincia, que sejam excluidos estes 2 officios do dito 2.º batalhão provisório de Guardas Nacionaes em destacamento.

S. Ex. o Sr. General Commandante em chefe concede passagem para o esquadrão ligeiro, ao 1.º sargento José Joaquim Machado, que se acha servindo adido ao 5.º corpo de cavalleria de Guardas Nacionaes em destacamento, por assim o haver requerido, e informem favoravelmente os Srs. commandantes da brigada e do corpo.

Guarnição fará guarnecer este por praças do 5.º batalhão de artilheria á pé.

Gabriel de Arango e Silva, Major
Deputado Ajudante general interino.

Quartel general em Porto Alegre 9 de julho de 1859.

ORDEN DO DIA.

S. Ex. o Sr. Tenente General Commandante em chefe do Exercito em operações nesta provincia manda publicar as suas deliberações seguintes, a fim de que se lhes dê o devido cumprimento. Passa a servir no corpo de marinha, por já á elle ter pertencido, e assim o haver requerido allegando motivo attendivel, e favoravelmente informarem os respectivos Srs. commandantes da brigada, e do corpo, o 1.º cadete do 2.º batalhão de caçadores de linha, o Sr. Sebastião Felix de Castro; e o Sr. commandante interino deste batalhão fornecendo-lhe a correspondente guia o mandará apresentar ao Sr. commandante da estação marítima neste porto. Tem passagem para o esquadrão ligeiro novamente organizado, o soldado do 2.º batalhão provisório de guardas nacionaes, Venâncio José d'Oliveira, que assim o requerio, e á vista das informações que acompanhão o requerimento. Tem ha-

O COMMERCIO,

FOLHA POLITICA E COMMERCIAL.

Subscrição-se para esta Folha, que sahe de Terças e Sextas Feiras, nesta Typographia, e na Cadeia do Rio Grande em casa do Sr. João José de Freitas Machado, a 5000 réis por Semestre, pagos antecipados, e se vendem Folhas avulsas a 100 réis. Os annuncios dos Srs. Assinantes serão inseridos gratis.

PORTO ALEGRE 1840: NA TYPOG. DE CLAUDIO DUBREUIL, RUA DA PRAIA.

O COMMERCIO.

Tendo apparecido no — Mercantil — huma correspondencia assignada — o soldado — foi esta contestada por outra assignada — o legalista — á qual o mesmo — soldado — dando por páos, e por pedras, abusando de toda a verdade, e sahindo fora dos limites da decencia, e justa de novo respondeu; e querendo o mesmo — legalista — de novo desmascarar as falsidades nella contidas, querendo finalmente dar o seu a seu donno, e patentear a verdade, e a causa que a tão torpe excessos moveo — o soldado — remetteo esta correspondencia ao mesmo — Mercantil — e não sendo esta aceita, a remetteo para esta cidade, para lhe darmos a justa publicidade.

A primeira vista não deixou de nos ser suspeito o redactor do *Mercantil*, em prestar-se a publicar tão audaciosa correspondencia que nada mais fuz que injuriar a quem de louvor he digno, não querendo admittir a contestação decente, e comedida com abono da verdade; porem sendo-nos contado que o mesmo redactor promettera não admittir alguma outra a tal respeito, que sendo assim suspendemos nosso juizo.

Nós nos achamos authorizados pelo author da correspondencia a publicar seu nome, logo que o assignado — sol-

dado — declare o seu, o que protestamos fazer.

Por engano dos compositores não foi esta explicação no numero antecedente antes da publicação da mencionada correspondencia.

Continuação da antecedente correspondencia do N. 40.

Diz ainda o soldado que o Exm. presidente tem concedido licenças para S. Servando, contra terminantes ordens do governo central; mas porque não appresentou o soldado hum documento authenticico dessas ordens? por que não veio assim munido tratar de objecto tão importante? Não saberá o soldado que se huma ordem do governo central prohibio a navegação para a Lagoa Merim, huma outra authoriza o Exm. presidente a modificar aquella quando o julgue conveniente, e que sem duvida foi por esta mesma razão que o Exm. general expedio huma portaria fazendo ver que o sr. João Jacintho de Mendonça tinha licença para seguir com hiates para S. Servando? Informe se pois o soldado, e depois diga a quem forão essas licenças concedidas, quaes os motivos, e para que fim, e desta forma julgará o publico se essas ordens forão ou não convenientes modificadas.

Diz o soldado que tendo S. Ex. dado ordem vocal ao chefe de Policia para hirem os hiates, mandara de-

Usos e abusos da poesia no contexto da imprensa rio-grandina: uma breve amostragem

A cidade do Rio Grande, no seu constante esforço de atingir o tão almejado padrão de comunidade portadora dos princípios da civilização e graças ao franco progresso em que se manteve durante significativa parte do século XIX, chegou a ser considerada como a vitória do homem sobre as dificuldades impostas pelo meio. Esse campo de representativo crescimento econômico, avanço urbano, expansão populacional e relativo progresso cultural tornou-se fértil às práticas jornalísticas que evoluíram consideravelmente junto à comunidade rio-grandina, durante aquela centúria, e o próprio desenvolvimento da imprensa também serviu à caracterização da cidade como um dos mananciais de “civilização” na sociedade rio-grandense.

Acompanhando o fato que a cidade desempenhou papel primordial no contexto sul-rio-grandense, a imprensa rio-grandina foi uma das mais destacadas do Rio Grande do Sul e mesmo do Brasil, tanto pela quantidade, quanto pela qualidade de seus periódicos. Assim, além de ter

sido uma das primeiras localidades gaúchas a possuir jornais, o Rio Grande teve algumas das mais perenes folhas em termos provinciais/estaduais, as quais chegaram a circular por mais de seis décadas. Nesse sentido, o jornalismo praticado na cidade portuária acompanhou, passo a passo, de modo muito próximo, a evolução do conjunto da imprensa brasileira daquele século. Dessa maneira, o Porto do Rio Grande não representou apenas “a porta de entrada” da Província em termos do comércio de mercadorias, servindo também à circulação de informações, ideias e opiniões, muitas vezes expressos através da imprensa.

A evolução da imprensa rio-grandina, no século XIX, acompanhou o processo de desenvolvimento do jornalismo brasileiro e, mormente, do gaúcho, progredindo em um processo no qual podem ser identificadas três fases: a primeira, entre 1832 e 1845, foi marcada pelas origens das atividades jornalísticas na cidade; a segunda, desde a metade da década de quarenta até o final da de sessenta, caracterizou-se por um crescimento e diversificação dos periódicos, surgindo então a maior parte dos diários rio-grandinos de extensa longevidade; e a terceira, nas três últimas décadas do século XIX, quando ocorreu um processo de amplo desenvolvimento e apogeu do jornalismo rio-grandino, até os prenúncios da crise que culminaria com o declínio, na virada daquela centúria para a seguinte.

A gênese das atividades jornalísticas no Rio Grande e no Rio Grande do Sul esteve ligada, de modo intrínseco, ao processo de fermentação, preparação e

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

eclosão da Revolução Farroupilha. Foi assim marcada a origem da imprensa na cidade do Rio Grande pelo tenso clima político da formação do Estado Nacional Brasileiro e pelos confrontos partidários e ideológicos dos quais resultaria a Revolução Farroupilha. Os jornais, mesmo que com níveis de aproximação variáveis, tiveram uma íntima relação com a guerra civil. Manifestou-se, assim, através dos periódicos, o confronto entre rebeldes e legalistas, em uma verdadeira batalha de palavras, através de jornais³⁰.

A segunda fase da imprensa rio-grandina desenvolveu-se após a pacificação da Província. Refletindo uma condição que marcou as atividades jornalísticas brasileiras como um todo, também na cidade do Rio Grande o jornalismo passou por um período de arrefecimento dos debates políticos. Dessa forma, “o jornalismo conhecia então uma quadra de acalmia”, pois a “imprensa abdicara de si o papel agitador, que monopolizava”³¹. Tal comportamento “não acontecia apenas na Corte, mas também nas províncias, desde que cessara a turbulência política da fase anterior e, por toda a parte, começava a dominar a madorna imperial”, de modo que “o jornalismo político declinava” e “poucos foram os jornais que sustentaram a luta nesse terreno”³². Nesse sentido, no Rio Grande do

³⁰ A respeito dessa etapa, observar: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999. p. 57-103.

³¹ LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto Editor, 1923. p. 120.

³² SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 211-212.

Sul, ocorreu uma “relativa estagnação da atividade periodística, após a Guerra Civil de 1835”³³, e, no contexto rio-grandino, como “a exaustão dominava todas as camadas sociais, mercê da luta que por mais de um lustro estava sendo mantida”, a “nova época” da imprensa “iniciar-se-ia num ambiente político mais sereno”, e, somente “as rivalidades jornalísticas e as questões pessoais torná-la-iam mais agitada”³⁴.

Essa agitação viria a pronunciar-se através de uma série de folhas de pequeno formato, circulação extremamente irregular, duração efêmera e que se utilizavam, na maioria das vezes, de um palavreado chulo e virulento, eram os pasquins. Esse tipo de publicação, apresentava por características “a violência da linguagem, a invasão da vida particular e íntima, a difamação organizada e a devassa da conduta das pessoas”, havendo também “a tendência constante em tornar grandes as pequenas questões, em tornar públicos os problemas de ordem privada e em tornar pessoais as controvérsias públicas”³⁵. Desencadeou-se então um processo marcado por uma relação diretamente proporcional entre o acirramento das polêmicas e o surgimento de novos pasquins, na maioria dos casos, “sem nenhuma base comercial” e “característicos por uma linguagem absolutamente destemperada”³⁶,

³³ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 16.

³⁴ BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. *Rio Grande*. Rio Grande: 27. jun. 1935. p. 4.

³⁵ SODRÉ. p. 183, 188 e 194.

³⁶ PRIOLLI, Gabriel. *A imprensa e a República*. Brasília: Ministério da Cultura, 1989. p. 12.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

manifestando-se através “de um idioma supramente rico em expressões contundentes” e com palavras que representavam “um convite à incontinência de linguagem”³⁷.

A terceira fase da imprensa rio-grandina correspondeu a um processo marcado pelo apogeu do jornalismo praticado na cidade, durante as três últimas décadas do século XIX, até o declínio das atividades jornalísticas, na virada desta centúria para a seguinte. Essa etapa de amplo desenvolvimento reproduzia o fenômeno que caracterizava tanto a imprensa brasileira quanto a sul-rio-grandense, ocorrendo uma representativa expansão das práticas jornalísticas por todo o país, além do que os jornais passaram por constantes melhorias na sua elaboração, no aprimoramento tecnológico das tipografias, no aumento do formato, na maior eficiência na distribuição e na ampliação da matéria publicitária³⁸. Nas maiores cidades do país, a imprensa encontrava-se dividida em grandes e pequenos jornais, os primeiros mais prósperos, providos de uma organização material, contando com a publicidade como uma das formas de sustentação, constituindo um estabelecimento comercial interessado em ampliar o número de leitores e de anúncios publicados; enquanto os outros ainda mantinham-se em uma fase praticamente artesanal, em meio aos quais o proprietário era, muitas vezes, o único responsável por

³⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Antologia de humorismo e sátira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957. p. 3.

³⁸ Conforme: SODRÉ. p. 263-264.; RÜDIGER, 1993. p. 26. e BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 107.

todas as etapas da produção da folha e apresentavam significativas dificuldades de organização e sustentação³⁹.

Esse cenário era reproduzido na cidade do Rio Grande, onde, desde o final dos anos sessenta até o início da década de noventa, ocorreu um vasto crescimento nas atividades jornalísticas. A maioria dos diários se consolidou nessa época, e, até mesmo alguns dos representantes da pequena imprensa conseguiram níveis de organização e tempo de sobrevivência até então não atingidos por esse tipo de publicação. Dentre outros, um setor do jornalismo rio-grandino que muito se desenvolveu nessa terceira fase foi o da imprensa caricata. A progressão desses jornais refletia a crescente popularidade que a caricatura obtinha em grande parte do país, uma vez que, “as inovações técnicas que permitiram o advento da gravura e, conseqüentemente, da caricatura, na imprensa brasileira, deram-lhe considerável impulso, asseguraram novas condições à crítica e ampliaram a sua influência”⁴⁰.

Assim, a imprensa rio-grandina, ao longo do século XIX, foi marcada por uma distinção comportamental e editorial quanto aos jornais diários e a pequena imprensa. Nesse quadro, se fizeram presentes publicações com as mais variadas formações discursivas, as quais adotaram diversos tipos de estratégias na orientação de seus pronunciamentos, do modo que o jornalismo manifestou-se através de modalidades discursivas diferenciadas, de acordo com a natureza de cada jornal ou grupo de jornais. Em linhas gerais, o

³⁹ Conforme: SODRÉ. p. 288-289 e 294.

⁴⁰ SODRÉ. p. 233.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

discurso jornalístico na cidade Rio Grande esteve de acordo com a proposição de que aos periódicos mais perenes e estáveis coube a utilização de linguagens mais sérias e unívocas, bem como os discursos consistentes e monolíticos, enquanto às pequenas folhas restaram as equivocidades de todo o gênero, lançando mão de mecanismos como a piada, o trocadilho, o humor, a poesia, através de discursos carregados de ambiguidades e até de paradoxos⁴¹.

Nesse contexto, a pequena imprensa, de modo geral, caracterizou-se pelos discursos ambíguos e paradoxais. Mesmo que em detrimento da manutenção de suas bases comerciais, os pequenos jornais estiveram na maioria dos casos ligados às várias formas de contestação, lançando mão de pronunciamentos marcados pelo debate, pela polêmica, pelo humor, pela sátira, e, fundamentalmente, pela crítica. Ao não se vincular ao senso comum que norteava as publicações diárias, a pequena imprensa rio-grandina desenvolveu condutas que se constituíram em verdadeiro paradoxo discursivo⁴². Nesse discurso paradoxal, foram utilizadas as mais variadas formas de expressão escrita e gráfica, além de figuras de linguagem e construções discursivas encravadas no simbólico, na busca de apresentar a informação/opinião e de convencer o público leitor.

Ao longo das três fases da imprensa do Rio Grande, no século XIX, a poesia foi usada em larga

⁴¹ Cfe.: EPSTEIN, Isaac. *Gramática do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 125.

⁴² Sobre a pequena imprensa rio-grandina, ver: ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à história da imprensa rio-grandina*. Rio Grande: FURG, 1995.; e ALVES, 1999.

escala e com os mais variados objetivos pelos jornais que viam nessa estrutura uma forma de apelo visual e linguístico e de atração dos leitores. O formato poético foi utilizado de maneiras as mais diferenciadas pelos periódicos rio-grandinos, como as publicações diárias, de uma forma dita séria, normalmente nos folhetins, ao pé da página; as folhas literárias que pretendiam divulgar o material cultural e a literatura produzida no Rio Grande e no Rio Grande do Sul; os jornais político-partidários, os pasquins, bem como os caricatos, enfocados nesse trabalho, que se apropriavam da poesia para os mais variados usos (e abusos). Assim, escrever em versos, por meio da palavra ritmada, significava uma estratégia discursiva utilizada com os mais variados fins e de forma tão constante que os elementos a seguir destacados não passam de breves exemplificações, microcosmo infimamente demonstrativo do todo.

Ainda à época da gênese da imprensa no Rio Grande, quando os jornais tinham como papel essencial dar vazão às disputas entre rebeldes e legalistas, a poesia também aparecia como arma de combate, utilizada por ambos os lados em conflito. *O Noticiador*, uma das mais importantes folhas pró-farroupilhas no contexto provincial, lançou mão dos versos para enaltecer o 7 de Abril, considerada como uma data fundamental para a história brasileira, pois nela acabara o “despotismo” de D. Pedro: Nesse sentido, publicava em 22 de abril de 1833, o seguinte “mote ditoso”:

Salve dia, imortal dia
Da nossa regeneração
Salve glória da nação
Assombro da tirania

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Cedeu o bando servil
Baqueou o despotismo
Venceu o patriotismo
Os laços da hipocrisia

Sim oh! dia de ufanía
Honra e glória do Brasil
Salve dia tão gentil
Dia do prazer imenso

Sucumbiu a sorte ímpia
Desses vis restauradores
Neste dia de mil flores
Pereceu a tirania

Salve dia tão intenso
Ditoso Sete de Abril
Neste dia de heroísmo
No dia Sete de Abril

No sentido oposto aos farroupilhas, foram fundados no Rio Grande vários jornais defensores da causa legalista, os quais atacavam frontalmente os revolucionários, buscando imputar-lhes todo o mal que caía sobre a Província. De acordo com essa proposta, *O Mercantil do Rio Grande* de 25 de abril de 1836 publicava um retrato terrível da situação gaúcha o qual teria sido promovido a partir da Revolução através da publicação do seguinte soneto:

A teus pés cara pátria, arqueja, expira
O negro monstro da democracia
Ante os régios degraus da monarquia
Sufocado dragão, a língua estira

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Eu já vejo queimar na Sacra Pira
As despontadas lanças da anarquia
Cair por terra ingrata rebeldia
Do feroz Corifeu que *Alecto* inspira

A causa da razão não se aniquila
Augusto templo da legalidade
Não se abate ao poder do novo Sila

Parabéns te dou oh! Majestade
Que o Brasil não recua, não vacila
Ao demagogo aspecto da igualdade

Na mesma edição, *O Mercantil do Rio Grande* demonstrava ainda mais veementemente sua fúria para com os revolucionários farrapos, publicando as “profecias de um velho cacique”, no qual vaticinava contra os farroupilhas, lhes lançando os mais negativos epítetos e chamando atenção para o fato de que os prejuízos trazidos à Província pela ação rebelde seriam irreversíveis e viriam a ser sentidos até mesmo pelas gerações vindouras:

Vós oh! gentes futuras
Escutai as minhas trovas
Se vos parecerem duras
Consultai, tirai as provas
Acharei verdades puras

Ai de tantas desgraças
Famílias espavoridas
Deixando suas moradas
Por fugir aos patricidas
De seus lares desterrados

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Passada a era de mil
Depois de mil maravilhas
Lá nos confins do Brasil
Um bando de farroupilhas
Dará o pasto ao gênio vil

De meus olhos corre o pranto
Turva-se a vista serena
Cheio de assombro e de espanto
Mal posso reger a pena
Ao lembrar-me estrago tanto

Gente cruel de verdade
Formará o infame bando
No peito tendo a crueldade
Irão tudo destruindo
Ao doce som - liberdade

Serenados os ânimos revolucionários, já durante a segunda fase da imprensa rio-grandina, os pasquins representaram a continuidade do debate, de forma ainda mais virulenta e incisiva. A linguagem utilizada por esses jornais chegava a ser de baixo calão, normalmente tendo em vista ataques pessoais a adversários. Pois até mesmo a pasquinagem, ainda que para vociferar contra os inimigos utilizou-se da poesia, caso do *Cronista*, um dos mais agressivos pasquins rio-grandinos, que, em 1º de dezembro de 1864, atacava um tal de Ribas, provavelmente o chefe de polícia, Antônio Antunes Ribas, com versos chulos, ricos em desqualificativos e até palavrões:

O Ribas é um rafeiro

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Que tem cara de sendeiro
E um corpo mui esguio!
Além disso é um tratante
Um infame sacripante

O Ribas é um bandalho
Que merece um bom vergalho
Prá não ser danado cão
É um vil leproso
Com passado bem famoso
Com presente de ladrão

Misto de pasquim com caricato, a *Aurora do Sul*, em 1864, exerceu a crítica de costumes, trouxe os versinhos intitulados “O janota”, referindo-se a um indivíduo cuja vestimenta trazia demasiado apuro e enfeites, lançando um olhar depreciativo sobre o mesmo, tendo em vista seus exageros e seu comportamento pomposo e vaidoso:

Sou bonito, dou da moda,
Chibantão do belo gosto;
Sou gamenho, tenho garbo,
Porte airoso e bem composto.

Vivo alegre, passo a larga,
Tenho trinta namoradas,
- Dez viúvas, seis donzelas,
Sete velhas, não casadas.

Aias, amas e criadas
Das matronas que apontei,
Baronesas e condessas,
E mais outras, que eu só sei.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Dos janotas sou modelo,
Figurino abalado,
Calça fina, mangas fofas,
Cabelinho bem frisado.

A luneta ao olho presa,
Sapatinho envernizado,
Casaquinho a D. Murzelo
E o casquete afunilado.

Faço andar em roda viva
Mil cabeças de alto bordo;
Mas se um vil credor esbarro,
Foge o sonho, então acordo!

E de Rodes, qual colosso,
Fico mudo altivo e quedo;
Ouço a lenda impertinente,
Sem tugar – como um penedo.

Após um, vem grosso bando,
Este grasna, aquele ruge,
Rosna o lorpa taberneiro,
Todo o resto orneja e muge.

Perfilando o colarinho,
Que da orelha passa além,
Corro a mão nas algibeiras,
Mas não puxo nem vintém!

Berra o criado,
Grita o barbeiro
– Quero dinheiro!
Que frioleira!

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Eu que, sem “gimbo”,
Ando pulando,
Vou-me safando –
Que pagodeira!

Eis que de um canto
Salta raivosa,
A gordurosa
Da cozinheira;
Pede os salários;
Fala em tomate,
– Eu em remate,
Dou-lhe a traseira!

Chora de raiva,
– Pobre coitada;
Fica zangada,
Que “vinagreira”!
Eu sou da moda,
Chupo o meu trago,
Como e não – pago,
– Por brincadeira.

E se há quem diga
Que sou tratante,
Sagaz birbante,
É maroteira;
Porque só finto
Parvos mascates,
Maus alfaiates,
– Por bandalheira.

Também por mofa,
Logro os lojistas,
Foros cambistas,
De mão ligeira;

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Abelhas mestras,
Ratões livreiros,
Os sapateiros,
E a engomadeira.

Que santa vida
Meu anjo Bento,
Oh que portenho,
Que pepineira!
Sempre folgando,
Sem ter cuidado,
Ser namorado,
– Que pagodeira!

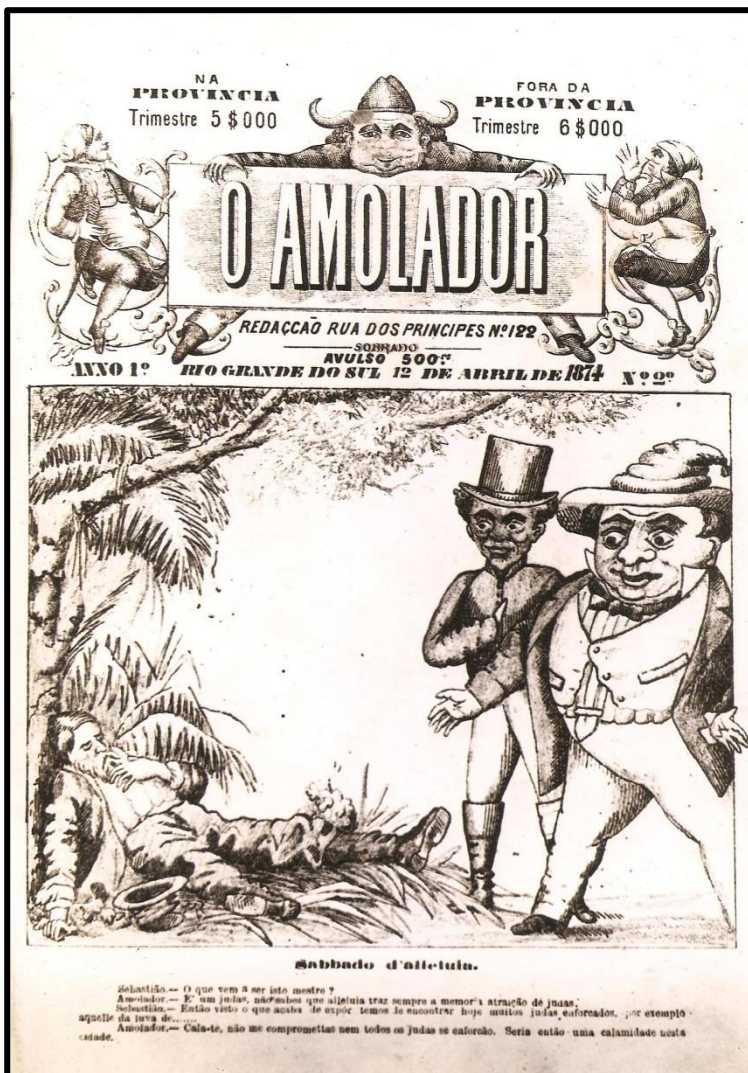
Quem deve e paga
Não tem miolo,
É parvo, é tolo,
Não tem bom tino,
Viva a chibanca,
Vá de tristeza,
Morra a pobreza,
Que isto é divino!

Outros exemplos de uso e abuso da poesia deram-se já na terceira etapa da imprensa rio-grandina, com os hebdomadários caricatos que se utilizaram em larga escala dos versos para empreender seus motes editoriais, vinculados essencialmente à crítica política, social e de costumes. Uma prática comum das folhas desse gênero era apresentar seus intentos editoriais na forma de poesia, como o fez *O Amolador* através de um acróstico publicado em 17 de maio de 1874.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Assim como o mosquito e o caipira
Malhando em ferro frio sempre estão
O amolador grande proveito disto tira
Lançando alfinetadas a “crayon”
Assim como D. Quixote, lança em riste
De vento os moinhos arrasou
O amolador com o rebole e muito chiste
Rajadas aos tartufos já mandou.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA



- um dos números iniciais de *O Amolador* -

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Igual procedimento teve o *Maruí*, em seu número inaugural de 4 de janeiro de 1880, no qual mostrava suas intenções, associadas ao título que escolhera, identificados com um inseto:

O meu programa defini-o
Sem rodeios, francamente:
Pretendo ver se enriqueço
Trabalhando honestamente.

Às donzelas rio-grandenses
Venho pedir proteção,
Sabendo que elas possuem
Um sensível coração.

Abri, pois, as vossas bolsas
Ao travesso *Maruí*,
Se estiverem recheadas
Não sairei mais daqui!

Eu sou um pequeno inseto
Ligeiro, alegre e tãful,
A voitar buliçoso
Por estas plagas do sul!

Tranquilizai-vos, leitoras,
Não tem veneno o ferrão,
Posso, pois, em vossos rostos
Ir dar um leve chupão!

Não vou manchar minhas asas
Pelo lodo dos pauis,
Desprendo o voo ligeiro
Só nos espaços azuis!

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Vossas bolsas sejam flores
Em que chupe o *Maruí*;
Se vossos risos brotarem
Não hei de siar daqui!

Não irei aos aposentos
Das esposas recatadas,
Ferir alheios melindres
Com grosseiras assoadas.

A vós também mocidade
Dos clubes carnavalescos,
Que alegrais a sociedade
Com vossos ditos burlescos;

Que desfraldais sempre às auras
O garboso pavilhão,
Pedimos o vosso auxílio
Sem reचार um *carão*!

Imprensa da minha terra,
Forte, ousada paladina
Que pregais os vossos programas
Em toda e qualquer esquina;

E vós também, ó sectários
Da chinesa emigração,
Sineiros, padres, marujos
E Jacinto garrafão;

Atendei: abri as portas
Ao zunidor *Maruí*,
Que vos dará mais prazeres
Que a cachaça Parati!

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Se por acaso, indiscreto
For pousar num toucador,
Não tende susto, leitoras,
Não faço intrigas de amor!

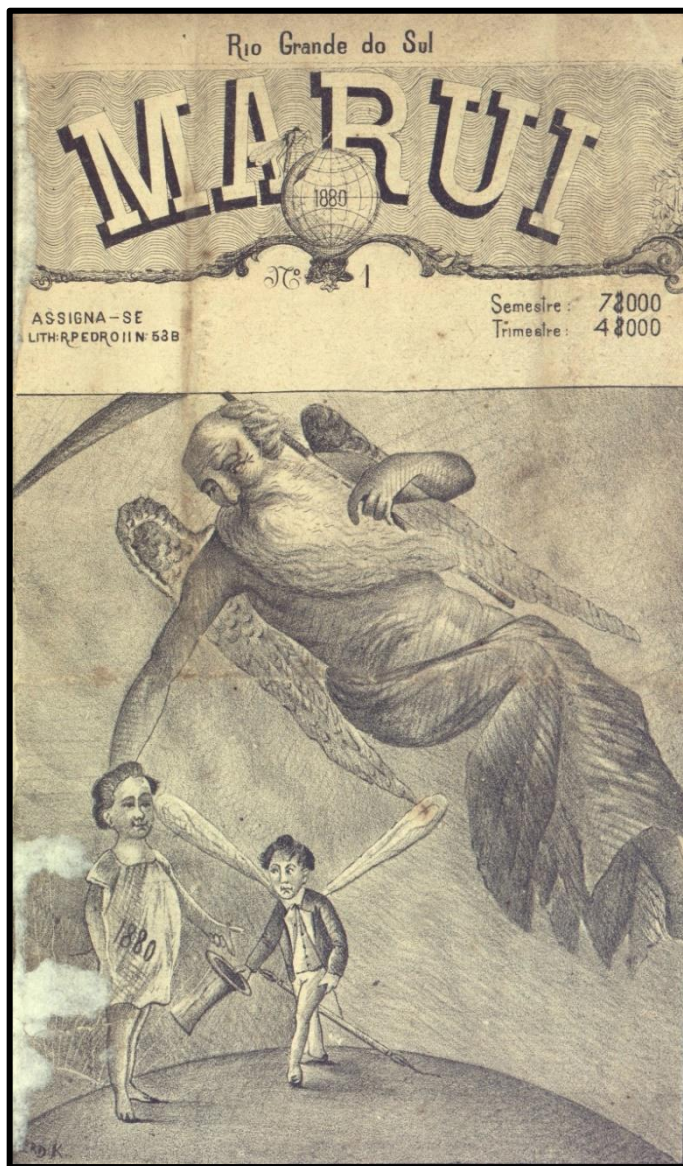
Alegre como as crianças,
Franco, honesto e folgazão,
Quero abrir as minhas asas
Ao quente sol do verão!

Gozar a vida, que é breve,
Sempre a rir, sempre a brincar,
Desprezando vãs tristezas
Num constante voitar!

Se me dais algumas *notas*
Conto pilhérias a mil;
(Mas essa *notas* que sejam
Do tesouro do Brasil)!

Eis o meu programa
Variado, apetitoso!...
E sem mais, caros fregueses,
Eu me despeço saudoso!

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA



- número inaugural do *Maruí* -

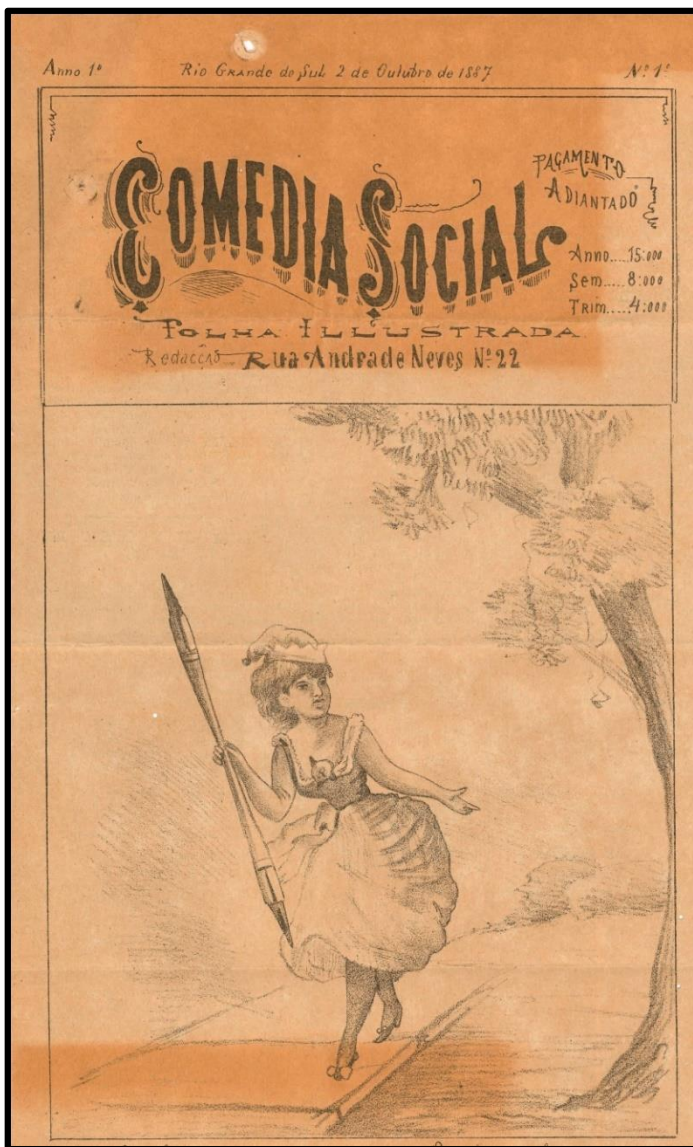
FRANCISCO DAS NEVES ALVES

O mesmo fez a folha *Comédia Social*, assim apresentando seu programa, em 2 de outubro de 1887:

Eis-me, leitoras amáveis
Em presença de vossências
Sendo toda reverências
E sedução.

Para pedir-vos as glórias
Dileta das grandes almas
Em troca tereis palmas
Singelas do coração.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-
GRANDINA

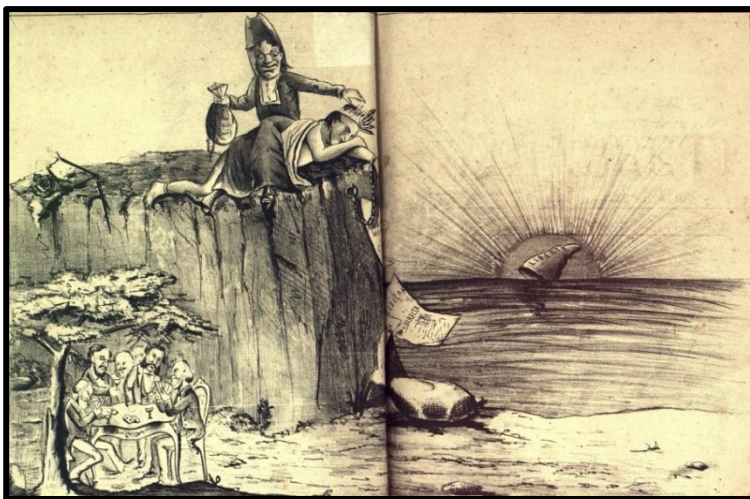


- primeiro número da *Comédia Social* -

Uma das preferências da imprensa caricata rio-grandina, a crítica de natureza política, também foi expressa por meio da poesia, como na edição de 11 de maio 1879 do *Diabrete*, na qual a legenda de uma caricatura era apresentada em versos que censuravam os atos dos políticos e anunciavam a possibilidade da vinda da República – o “sol formoso” – diante dos desmandos então praticados por aqueles:

Enquanto o Brasil dorme,
Num suplício agrilhado,
Contentes jogam a bisca,
Os nossos homens de Estado.

Riem, folgam descuidosos,
À sombra da impunidade,
Mas em breve um sol formoso
Nos trará felicidade.



- O *Diabrete* de 11 de maio de 1879

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

A crítica social também era publicada em versos pelos semanários caricatos, como por exemplo o ataque promovido por *O Rio Grande Ilustrado* de 29 de agosto de 1897, contra o aumento dos preços dos alimentos:

Enquanto a carne cansada
se vende por bom dinheiro,
fica gordo o açougueiro
que tem vida regalada.

Tal qual o taverneiro
de barriga arredondada,
tem a pança já inchada
do mercado o verdureiro.

Ainda quanto à crítica social, por ocasião do Dia de Reis, o *Bisturi* de 10 de janeiro de 1892 mostrava uma procissão, na qual os políticos locais, no papel de Reis Magos, acompanhavam a Câmara Municipal, pedindo ao Zé Povinho – representação da população brasileira – um óbolo para a edilidade, em alusão à arrecadação de impostos. O Zé, entretanto, do alto de sua janela, negava-se a contribuir com o cortejo. Tal procissão era acompanhada por uns versinhos, que figuravam como uma música:

Ò de casa, abre essa porta
Aos *Reis Magos*, sê clemente
Que chegam mortos de fome
Das bandas do [ilegível].

(Coro)
Abri! abri!
Andai! andai!

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Sorri! sorri!
Entra! entra!

Somos os novos *profetas*.
Os lampejos da razão...
Abre essa porta aos *Reis Magos*,
Ah! por Cristo, compaixão!...

(Coro)
Abri! abri!
Andai! andai!
Sorri! sorri!
Entra! entra!

Ó de casa, abre essas portas,
Deixa-te, pois, de dormir:
Dá um óbolo aos *Reis Magos*
Que andam de fome a cair.

Lá, rá, tá, rá, lá, rá, lá, lá;
Lari, lá, tá, tá, tá...

- Ó de casa, Zé Povinho...
- Abre a porta à *edilidade*
- Que aqui está toda *junta*
- Qual burlesca majestade...
Já estou velha, desdentada
Já não puxo uma fieira.
Arruinada, *hemorrodaria*
Já me chamam de *gaiteira*!

Do passado tenho saudade
Do presente, amarga dor,
No inverno sinto frio,
No verão muito calor.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Zé: - Tanto me importa que grites,
Como que estejas calada,
Eu só dou-te, se tu queres,
Um prato de feijoada.

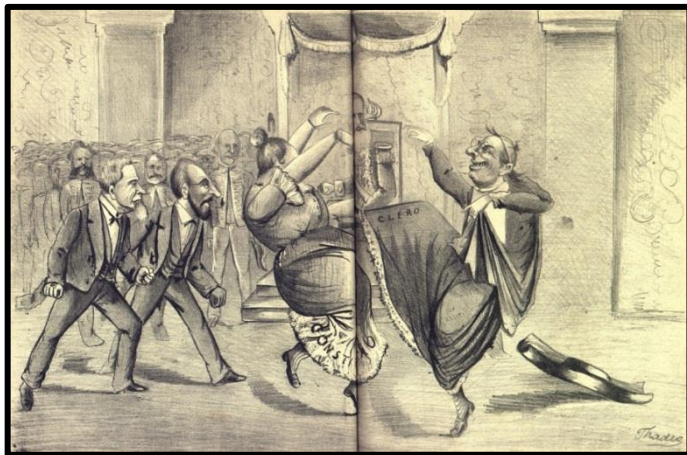


- o Bisturi de 10 de janeiro de 1892 -

O anticlericalismo, uma marca registrada da caricatura de então, em uma prática da crítica de costumes, também esteve presente junto à imprensa caricata rio-grandina que sobre isso também fez poesia, caso do *Diabrete*, quando, em 18 de maio de 1879, apresentou um desenho no qual um padre (o clero) dançava alegremente com uma dama (a constituição), em uma alusão ao fato do país ainda possuir uma religião oficial, sob a figura, aparecia:

O padre aqui figuramos
Como um perfeito galã

Com a velha constituição
Puxando um grande canção.



- O Diabrete de 11 de maio de 1879

Uma das apropriações mais incomuns na utilização (e subutilização) da poesia pelo jornalismo caricato foi realizada pela *Comédia Social*, em sua edição de 13 de maio de 1888, quando publicou uma série de anúncios, todos eles versejados. Essa estratégia prendia-se à grande carência de matéria publicitária nos jornais caricatos, buscando a folha criar uma alternativa, um diferencial, para atrair os possíveis anunciantes. As propagandas eram dos mais variados produtos, serviços e estabelecimentos, como: mercearia, armazém, alfaiataria, farmácia, relojoaria, joalheria, livraria, dentista e lojas de fazendas, calçados e apetrechos de montaria e caça, como se pode observar nos seguintes exemplos:

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

BRAGA E SILVA

Caixinhas das mais mimosas
Com frutas cristalizadas
Queijo de Minas tão frescos
Que até parecem cocadas!
Açúcar sem competência
Nos preços e qualidade
Por mais que busquem, procurem
Não há igual na cidade.

Biscoitos finos, ingleses
Manteiga nacional,
De um sabor muito agradável,
A 2 e cem por sinal.
E muitos gêneros, todos
Bons, gostosos, delicados
A eles pois quem quiser
Só não se vendem fiados.

AO CORREEIRO ELIAS

Baús grandes e pequenos
De excelente qualidade
como cremos, na cidade
Não temos competidor,
Na nossa casa se faz
Por preços tão reduzidos,
Que ficam enfurecidos
Os colegas, sim senhor.

Em malas, selins e freios
Badanas e serigate
Não tememos ter os botes
D'outro qualquer bom autor
E nos mais artigos próprios
Nem as mãos mesmo medimos

Só ao público pedimos:
- Venham ver, façam favor.

AO SANDIM JÚNIOR

Gêneros todos
Superiores,
Sim, pois melhores
Quem é que tem?
Queijos, sardinhas,
Doces, cerveja
Que faz inveja
Sabem a quem?

A quem deseja
Querer passar-nos,
E eclipsar-nos
Com seus anúncios,
Mas nós seguimos
Sempre adiante.
Dizendo: - avante,
Salta *pafuncios*.

ALFAIATARIA LUZITANA

Casimira das mais finas
Sortimento primoroso,
Padrões modernos, à escolha
Do freguês mais caprichoso;
Com máxima brevidade
Se apronta qualquer costume
Que faz morrer aos colegas
Nos anseios do ciúme.

Tesoura já adestrada
Não teme competidoras,

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Pois corta segundo a moda
As roupas mais sedutoras.
Nos preços - negócio a parte -
Ninguém nos iguala, e é certa
A *barateza* que espanta
Deixando de boca aberta.

RELOJOARIA MASSERAN

Relógios para senhora,
P'rá cavalheiros também;
De plaqueta, de prata e ouro,
Como iguais ninguém mais tem.
Pêndulas boas e finas,
Garantidas sem rival,
Relógios para parede,
Correntes de bom metal.

Também se fazem consertos
Por preços mui reduzidos,
Garantindo que os fregueses
Saem todos bem servidos.
A fama que há muito goza
Esta casa, na cidade,
Bem mostra ser conhecida
Por sua capacidade.

ESTABELECIMENTO DE ANTONIO JOÃO DA EIRA

Ricos e lindos selins
Nacionais e estrangeiros,
P'rá montaria de damas
E também de cavalheiros;
Lombilhos e serigotes,
Badanas acolchoadas,

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Mantas prá selim e rédeas
Com bem feitas cabeçadas.

Barrigueiras com espelhos,
Lisas e bem lavradas,
Bons arreios para carros,
Obras mui bem acabadas.
Estribos, bocais, esporas,
Espingardas de dois canos,
Sortimento de cartuchos
E revólveres soberanos.

FARMÁCIA MASSERON

Medicamentos modernos
Dos mais célebres autores
Nacionais e estrangeiros,
Contra febres, tosses, dores;
Não tememos competência
Nos preços nem qualidades;
De xaropes e pastilhas
Temos mil variedades.

Com prontidão aviamos
Receitas a qualquer hora.
Prima sempre a nossa casa
Em não ter nisso demora.
Farinhas prá sinapismos,
Prá cataplasmas também,
Ungentos e laxantes
Como iguais ninguém mais tem.

GABINETE DENTÁRIO

Tiram-se dentes sem dor
Trabalho assaz delicado,

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Pelos modernos sistemas,
E preço mui moderado.
Vende-se pó Trajanino
Que limpa e embeleza os dentes,
Sendo já reconhecido
Ser de efeitos excelentes.

Também se atende a chamados
P'rá os misteres já sabidos,
Fazendo-se dentaduras
Por preços mui reduzidos.
Das nove às quatro da tarde
Podemos ser procurado
Na rua dos Príncipes, esquina,
Da Zalony, num sobrado.

LIVRARIA AMERICANA

No seu gênero, a primeira
Que temos nesta cidade;
Vende papel, penas, tinta,
Da mais fina qualidade.
Lousas, lápis, livros, lacre,
Papel próprio p'rá impressão,
Romances, dramas, comédias,
Tudo em conta e em profusão.

Livros próprios para estudo,
Ditos em branco, poesias,
Poemas de bons autores,
Verdadeiras harmonias.
Também fazem-se cartões
Com presteza e nitidez;
E imprime-se qualquer obra
Ao agrado do freguês.

Por tratar-se este de um trabalho introdutório, esses poucos exemplos representam apenas uma pequena amostragem, inicial e descritiva, das formas pelas quais foi utilizada a poesia pelo jornalismo rio-grandino do século XIX. Nele foram selecionados os casos da imprensa político-partidária, dos pasquins e dos caricatos, cada qual representando uma das fases de desenvolvimento da imprensa rio-grandina ao longo daquela centúria. As folhas de cunho político-partidário, típicas da época da formação da imprensa no Rio Grande, serviram-se dos versos como estratégia que contribuiu na edificação do conflito discursivo característico do momento, no qual os adversários em confronto buscavam legitimar o seu discurso, deslegitimando o do inimigo. Os pasquins, em sua linguagem desabrida, e por vezes vulgar, também lançaram mão da poesia para atacar os desafetos. Finalmente, os semanários caricatos, com seu norte editorial alicerçado no humor e na ironia, usaram-se da poesia para elaborar as mais variadas formas de crítica e até para anunciar diversificados produtos.

Poesia “significa ato de fazer algo, portanto, implica a ideia de ação e criação”, no “seu sentido mais vasto”. No entanto, ela envolve outros aspectos como o ritmo, a melodia e uma “linguagem de conteúdo lírico ou emotivo”⁴³. Nesses casos em estudo há uma certa esterilidade no aspecto artístico das poesias, nenhuma preocupação com estilo, métrica, escolas literárias e, certas vezes, nem com a própria gramática. Há, isto sim, uma utilização objetiva, direta e pragmática da poesia. O

⁴³ TAVARES, Hênio. *Teoria literária*. 4. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1969. p. 172.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

escopo era o de passar uma mensagem que, ritmada, permitia uma comunicação mais apelativa. Em uma analogia limitada pelas discrepâncias cronológicas, mas, ainda assim, válida, como os *jingles*, os bordões e/ou os jargões, utilizados pelos meios de informação de massa, contemporaneamente, a poesia visava a chamar e/ou prender a atenção e, se possível, alojar-se na memória mnemônica do público leitor, surtindo, em muitos momentos, um efeito mais imediato e incisivo que as longas matérias editoriais ou informativas, constituindo-se, portanto, em excelente estratégia discursiva para os padrões de então⁴⁴.

⁴⁴ Ampliado a partir do texto publicado originalmente em: *História & literatura no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 149-161.

Violência e guerra civil no Rio Grande do Sul na perspectiva da imprensa rio-grandina (1892-1893)

As transformações advindas da mudança na forma de governo brasileira viriam a trazer marcantes transformações nas construções discursivas emitidas a partir dos jornais rio-grandinos. A imprensa da cidade do Rio Grande, nas três últimas décadas do século XIX, passaria por uma fase de grande apogeu, porém, já ao final do mesmo e na virada para a centúria seguinte se fariam sentir os efeitos de uma crise que culminaria com o desaparecimento de vários dos periódicos rio-grandinos. Além das razões de ordem estrutural e econômica, com a crescente concentração das atividades jornalísticas, em uma nova forma de organização que viria a redundar na chamada imprensa empresarial, o autoritarismo foi um dos principais fatores a prejudicar a caminhada do jornalismo nessa época.

Acostumados à liberdade de imprensa que vigorou durante o II Reinado e fortemente vinculados ao jogo partidário do período imperial, os jornais da comuna portuária tiveram, muitas vezes, de alterar seu norte editorial, buscando adaptar-se à nova situação vigente. Além da verdadeira confusão ideológica,

advinda das divisões político-partidárias, que culminariam em confrontos bélicos, as folhas tiveram de sobreviver a um regime fortemente coercitivo, típico dos primeiros governos republicanos que, já em seus atos iniciais, baixaram decretos coibindo as atividades da imprensa e, com o agravamento da crise e a eclosão revolucionária, a repressão recrudesceria, condenando muitos periódicos a um silêncio quase que absoluto.

Nesse contexto, circulavam na cidade litorânea desde os tradicionais diários até vários representantes da pequena imprensa. Dentre as folhas diárias, estava o mais antigo jornal rio-grandino, originado em 1848, o *Diário do Rio Grande*, o qual recorrentemente fez questão de anunciar-se como um representante da imprensa séria e neutra, embora tivesse suas ligações com os partidos de então, primeiro com os conservadores e, em uma segunda fase, com os liberais. O *Artista* surgiu em 1862, com características fortemente vinculadas à pequena imprensa, constituindo um semanário que pretendia ser a voz dos artífices, no entanto, o jornal progrediria e, já na segunda metade daquela década, se transformaria em um dos representantes do jornalismo diário, deixando claras suas tendências político-partidárias, consistindo-se em verdadeiro doutrinário liberal. Já o *Eco do Sul*, passou a circular em 1858 e constituiu uma das mais longevas publicações rio-grandinas, apresentando um forte e aberto vínculo político com o Partido Conservador. Um dos representantes da pequena imprensa que circulou nessa fase de transições foi o hebdomadário caricato *Bisturi*, existente desde 1888, aparecendo como um ferrenho adversário dos conservadores e defensor do liberalismo gasparista.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Com a República e a consequente repressão sobre as lides jornalísticas, os periódicos rio-grandinos tiveram diferentes estratégias de reação. Advinda a nova forma de governo, as manifestações dos jornais variaram de um entusiasmo inicial a uma indiferença diante do fato consumado, no entanto, a prevalência do caráter autoritário dos novos detentores do poder na implementação das estruturas republicanas logo viria a despertar reações negativas das folhas, às vezes manifestadas de maneira mais velada e, em outras, de modo aberto e peremptório. Nesse quadro, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista*, diante do forte cerceamento, adotariam uma postura de propalada neutralidade, diante das lutas partidárias, suavizando seus discursos, ou ainda, silenciando absolutamente quanto aos assuntos de natureza política, embora não coadunados com a situação vigente, o que deixavam transparecer nas entrelinhas ou ainda de forma um pouco mais explícita nos breves momentos de certa abertura política. Já o *Eco do Sul* e o *Bisturi*, cada qual com sua modalidade discursiva e de acordo com seus vínculos partidários, adotaram uma postura de veemente oposição e até de resistência ao modelo dominante, lutando abertamente contra o regime repressivo que prevalecia.

Essa situação perduraria até outubro de 1893, quando o cerceamento às atividades jornalísticas chegou ao extremo, não podendo os jornais sequer fazer referência aos acontecimentos revolucionários. Diante da nova legislação de imprensa, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* mergulhariam em um silêncio ainda mais profundo quanto às manifestações de cunho político-partidário; o *Eco do Sul*, negando-se a calar, foi calado, tendo sua circulação interrompida até o encerramento da

guerra civil; enquanto o *Bisturi*, apesar de algumas breves e até subliminares incursões à crítica à falta de liberdade de imprensa, teria também de submeter-se à coerção, parando de manifestar seu espírito oposicionista, até também deixar de circular. Apesar desse forte regime de repressão, os jornais rio-grandinos conseguiram trazer a público alguns dos elementos constitutivos da Revolução Federalista, divulgando certos temas a respeito do conflito. Essas informações/opiniões, muitas vezes fragmentárias, tendo em vista os obstáculos à liberdade de expressão então vigentes, permitem algumas inferências a respeito do assunto e este trabalho pretende abordar um dos fatores da Revolução Rio-Grandense de 1893 – o conteúdo de violência – e as construções discursivas dos jornais rio-grandinos em relação ao mesmo, entre 1892 e 1893.⁴⁵

⁴⁵ Sobre o processo histórico da Revolução Federalista, observar: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993.; BARETTA, Silvio Rogério Duncan. *Political violence and regime change: a study of the 1893 Civil War in Southern Brazil*. Pittsbrugh: University of Pittsburgh, 1985.; FLORES, Moacyr (org.). *1893-95: a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.; FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 191-216.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.; PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.; POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução*

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Ainda à metade de 1892, apesar de todo o clima revolucionário que fermentava no Rio Grande do Sul, um setor da imprensa rio-grandina manifestava ardoroso desejo de que as disputas partidárias fossem concluídas de forma pacífica, ou seja, “que o prélio travado se decidisse pacificamente ou pelo melhor dos modos”, sem que houvesse “o doloroso desgosto de assistir ao derramamento do sangue rio-grandense”. Diante do confronto que se preparava, ficava manifesto o desejo de que não fosse dado “ao mundo o espetáculo de um povo que se trucidaria com a fúria dos canibais”. Ainda que fosse reconhecido que a situação era “assaz grave”, argumentava-se que se fazia “mister pedir inspirações ao bom senso e ao patriotismo” (*Artista*, 18 jun. 1892).

Apesar desses desejos pela paz, o *Eco do Sul*, folha abertamente anticastilhista, manifestava seu receio para com o futuro do Estado, imputando às forças governistas a culpabilidade pelos acontecimentos, tendo em vista que dentre os sectários do novo governo haveria “premeditações das vinganças, sanhas mal contidas, punhos fechados que ameaçavam e risadas surdas que

Federalista de 1893. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.; RAMBO, Arthur Blásio & FÉLIX, Loiva Otero (orgs.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.; e VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897. Já especificamente em relação ao tema da violência no conflito, ver: REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande*. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1985.; e FLORES, Elio Chaves. *No tempo das degolas: revoluções imperfeitas*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

maldiziam” o amanhã. O jornal era ainda mais direto ao concluir que chegara a “hora do extermínio, do sangue, do pranto, do pavor e das maldições” e afirmava que “as urnas poderiam ter evitado” o caminho da violência, “mas assim o quiseram” e, dessa maneira “o teriam os triunfadores” (*Eco do Sul*, 19 jun. 1892).

Algumas das folhas, mergulhando em silêncio político e voltando-se aos argumentos de neutralidade, imparcialidade e independência, direcionaram-se também a manifestações em prol de buscar uma solução pacífica para o conflito político-militar que se preparava nas terras e fronteiras gaúchas. Justificava-se o discurso pacifista pelo fato de que “o choque das armas vibradas por irmãos contra o peito de irmãos” assumiria sempre um aspecto do terror “de uma luta feroz, de uma luta canibal, em que as leis da civilização e os princípios mais santos da liberdade” seriam “postergados criminosamente, ficando esquecidos, no auge do furor bélico, os próprios sentimentos de generosidade”. Desejava-se que a luta se restringisse às ideias e aos princípios, resolvendo-se “pacificamente pela vitória da opinião pública manifestada legalmente pelos órgãos legítimos da publicidade”, fosse pela imprensa, ou “do alto da tribuna popular, ou emanando triunfante do seio das urnas”. Conclamava-se então, em nome da República e “dos mais altos interesses da pátria”, que todos fizessem votos pela paz, “antes que o raio da guerra civil, se fizesse ouvir, juncando de cadáveres a face da terra querida” (*Artista*, 7 jul. 1892).

A imprensa oposicionista ao castilhismo revelava um entendimento com relação à neutralidade diverso daquele proposto pelos governistas, discordando da compreensão dos “diretores espirituais

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

do partido dominante” para os quais a “imprensa neutra e imparcial era a que cobria com o manto transparente de um silêncio criminoso todas as desgraças que assoberbavam o Rio Grande do Sul” bem como “flagelavam este generoso e nobre povo”, repercutindo “de sul a norte em toda a União, arrancando recriminações amargas contra a República”. Manifestava-se um pensamento, divergente daquele, sob o argumento de que aquele que não tinha “nenhuma filiação partidária”, seria julgado como tendo alguma, “no momento em que se fizesse de mudo e surdo aos clamores do povo rio-grandense, atropelado pelo trabuco e o punhal das hordas *legalistas*”. Era assim referido “um povo” que estaria a chorar “o exílio da liberdade, o banimento da justiça, os latrocínios inumeráveis, a nulificação de todos os seus direitos, a liquidação forçada dos seus haveres”, assim como “a devastação das suas herdades e a vida em perigo, perseguida pelo assassino que a farejava para estrangular” (*Eco do Sul*, 19 ago. 1892).

O *Bisturi*, outro periódico oposicionista, imputava ao governo castilhista a culpa pela violência que campeava no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o *hebdomadário* mostrou os castilhistas atacando populações civis (*Bisturi*, 21 ago. 1892), descrevendo que, “na Campanha continuam as tragédias medonhas de assassinatos, roubos, degolações e outras perversidades humanas praticadas em nome da ‘legalidade’”, e ainda onde “a horda de malfeitores, capitaneados por chefes rancorosos e vingativos assassinaram famílias inteiras, degolando em pé”, de modo a “terem o prazer de ver os infelizes correndo campo afora com a artéria decepada”, e, “depois do saque, os bandidos atacam fogo nos

ranchos para aqueles que escaparem do punhal morrerem à fome e à miséria”.

Também sob uma perspectiva oposicionista, o *Bisturi* denunciou constantemente a violência que se espalhava pelo Rio Grande do Sul, condenando os governistas pela “hecatombe” que tomava vulto, levando “os pobres infelizes da Campanha a perder a vida varados pelo punhal do infame assassino”. Apontava ainda, “aquelas pobres donzelas, defloradas, às barbas dos seus velhos progenitores” que tinham “suas casas incendiadas” (*Bisturi*, 2 out. 1892). A folha destacava que era “raro o dia que a imprensa da oposição não registrasse um fato de pasmosa e requintada malvadez praticado pelos *carolinos* da situação dominante”. O semanário também noticiou os “bárbaros crimes praticados impunemente, em nome da *legalidade*, crimes tremendos que tinham levado o luto e a miséria por toda a parte”; e “todo o horroroso itinerário desses homicídios, desses atos de verdadeiro canibalismo, revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se poderia imaginar” (*Bisturi*, 9 out. 1892).

A esse respeito, o *Bisturi* referia-se às publicações governistas como mentirosas, por omitirem aquelas violências, afirmando que os jornais do governo, “com todo o desprazo e cinismo querem cobrir as esquálidas faces dos facínoras *carolinos*, metamorfoseando-os em homens de bem, acatados e respeitados por todos, não como *pústulas* sociais, mas sim, como os mais honrados e distintos caracteres da sociedade em que vivem”. Segundo o jornal, “os fatos criminosos reproduzem-se todos os dias; de toda parte chegam emigrados relatando cenas horrorosas de

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

incêndios, assassinatos, degolações, roubos e desonras e os *assobios*", enquanto "os vendilhões da imprensa, os pasquineiros subvencionados pelo governo, só se limitam em desmentirem a tudo, entoando hosanas a esta nefanda situação". De acordo com o hebdomadário, era uma "época corrupta esta que atravessamos", além de "triste em que se lançando a vista por toda parte, parece não se encontrar, senão imoralidades e corrupções". E concluía - "Triste atualidade. É uma amarga verdade, mas está escrita com a seguinte sentença: *Vem de cima a corrupção dos povos!...*" (Bisturi, 9 out. 1892).

Na mesma linha, o *Eco do Sul* divulgava constantemente notícias sobre a violência no Estado, denunciando: "degolas", "crimes horrorosos", "incêndios", "assassinatos", "escândalos", "assaltos e violência". Era descrita ainda a existência de "ossamenta humana", "bárbaro assassinato", empastelamentos e a falta de garantias individuais. A respeito dessas práticas violentas, o diário rio-grandino declarava-se "apavorado ante as consequências da revolta de 17 de Junho" que lançara "o Estado na mais deplorável anarquia", tornando-o "inabitável, pela absoluta falta de garantias de vida e de propriedade". Segundo a folha, o Rio Grande do Sul fora convertido, graças ao castilhismo, "em terra de selvagens que não tinham instintos do bem, que não possuíam sentimentos de humanidade", pois estava "imperando o regime do terror", no qual "a lei e a justiça eram por toda parte, norte e sul, o bacamarte e o facão, manejados pelos *patriotas da legalidade*". Na perspectiva do jornal, o "fato mais escandaloso, que mais revoltava a alma dos patriotas, que mais entristecia o coração dos cidadãos amigos da ordem, respeitadores da

lei" seria o de constatar de que "as próprias autoridades locais", sob o mando do Governo do Estado, seriam as responsáveis por aqueles crimes (*Eco do Sul*, 22 out. 1892).

À época de eleições, o *Eco* acusava o pleito de ser ilegítimo diante do quadro predominante de violências, só servindo para a continuidade dos situacionistas no poder, pois, diante de "dez mil rio-grandenses que erravam pelas repúblicas platinas, exilados pelo medo", quanto a suas garantias, seria "simplesmente inadmissível" que o governo pretendesse "que o resultado de tais eleições fosse a craveira pela qual mediria a popularidade e o aplauso dos seus concidadãos à sua administração". Para o diário, aquela eleição constituía uma "representação abaixo das que se dizia *para inglês ver*", e em uma "pública bambochata governamental, fechando jogralmente o período excepcional de 17 de junho a 21 de novembro de 1892" (*Eco do Sul*, 20 nov. 1892).

Com relação à violência o *Artista*, dentro de sua propalada "neutralidade", chegou a explicar que a mesma devia-se, em grande parte, às atitudes dos agentes do poder estadual, destacando que "violências, como as que se tinham praticado, sem necessidade de ordem alguma", constituíam- "precedentes funestos, verdadeiras armas de dois gumes", as quais, em um dia poderiam "ferir cruelmente a vítima", mas, no outro, deveria "ferir de um modo também implacável o que ontem foi algoz". Desejava o periódico que os "péssimos auxiliares da situação que se glorificavam com as arbitrariedades de que eram autores", viessem a refletir que eram eles "os mais perigosos adversários do partido dominante", uma vez que estariam coagindo a liberdade

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

e imolando “os direitos e garantias do cidadão laborioso e pacífico”, redundando em possíveis inimigos do governo. Segundo o jornal, se a “aspiração real” dos governantes era “a legalidade na acepção legítima da palavra”, deveria dar aos seus concidadãos “justiça e liberdade, sem restrições de ordem alguma”, ou seja, “para gregos e troianos”. A folha ainda afirmava que era a “confiança no patriotismo e na inteligência elevada do cidadão que acabara de ser eleito governador”, que a levava a alimentar “a convicção de que ele haveria de procurar restabelecer o império da lei e da liberdade” de que andavam “divorciados” os sul-rio-grandenses (*Artista*, 24 nov. 1892).

Quanto ao tema, o *Bisturi* expressou abertamente sua convicção política, atacando ferrenhamente a Júlio de Castilhos, acusando-o por todos os males que afligiam o Estado. Nesse sentido, Castilhos foi apresentando como um “Satanás”, ou seja, um adversário arrogante e mau que – com as asas da “tirania”, levando às mãos o “ódio” e a “vingança”, sob o rufar do tambor da “política” e acompanhado pelos “morcegos-republicanos”, das “perseguições”, das “infâmias” e do “despotismo” – levava a “miséria”, a “morte”, os “incêndios”, os “roubos” e a “destruição” à população rio-grandense. De acordo com tal perspectiva, o hebdomadário sentenciava: “E assim passou, com o riso de Satanás, por entre as humanas vítimas, nunca farto de lágrimas maternas e dos gritos das misérrimas crianças arrojadas (oh dor!) às labaredas em honra do seu ídolo iracundo” (*Bisturi*, 18 dez. 1892). Segundo o periódico, “com a República” o Brasil havia voltado aos “tempos de barbarismo”, nos quais “lampejava lúgubre

e pavorosa a fagulha sinistra da irracionalidade da espécie humana” (*Bisturi*, 1º jan. 1893).

Já às portas da eclosão da Revolução Federalista, o *Diário do Rio Grande*, que ardorosamente insistia em sua postura “neutra” e apartidária, com aversão, noticiava as violências que então se desencadeavam pelo Rio Grande do Sul, afirmando que sendo “exageradas ou não, estas horrorosas narrações, a sua simples publicidade já constituía um ato vergonhoso” para os rio-grandenses, dando a “tristíssima ideia” de que os mesmos eram “mais ferozes do que os mais sanguinários e bravios selvagens”. Para o jornal, parecia “incrível que, em pleno fim de século XIX, e no seio de um dos mais adiantados estados da República Brasileira”, fossem praticadas “cenas do mais horrível e abjeto canibalismo”, custando a acreditar “que os instintos humanos chegassem a esse grau de abjeção e de tão horripilante ferocidade”, insistindo na sua ideia de que o país, “em vez de melhorar”, havia “retrogradado alguns séculos” (*Diário do Rio Grande*, 17 jan. 1893).

Na perspectiva do mesmo periódico, os atos de violência até então praticados iriam contribuir de modo bastante negativo para a imagem dos sul-rio-grandenses, explicando que a “facilidade com que se tirava a vida pelo expedito processo do *degolamento*, este requinte de tortura e martírios infligidos aos que caíam sob as garras das feras com formas humanas”, estava “prejudicando enormemente” os gaúchos “no conceito dos irmãos dos outros estados e do estrangeiro”, para os quais aqueles já estariam passando por “um povo inculto, selvagem, sanguinário e inacessível ao influxo da civilização”. Tomando o extremo cuidado de isentar-se, o jornal não

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

definia de qual dos lados em conflito partira aquela conduta violenta, mas, de forma generalizada, apontava que eram “os excessos das paixões dos partidos” que estavam “gravemente comprometendo e envergonhando” o Estado (*Diário do Rio Grande*, 17 jan. 1893).

Pouco antes do início da Revolução Federalista, o *Bisturi* prosseguia denunciando o autoritarismo e a falta de liberdade que estaria marcando a atuação dos governantes. O semanário não se conformava com o cerceamento à liberdade de expressão através da imprensa e com a violência que acompanhava a crise política advinda da mudança na forma de governo. Desse modo, declarava: “roubos, desonras, assassinatos, degolações, saques, incêndios, destruições, eis toda a história da República dos Estados Unidos do Brasil”. Defendia, assim, que, diante daquela “situação de horrores e de vergonhas” tornava-se “imediatamente necessária uma reforma”, de modo a não se prolongar “por mais tempo este estado execrando de crimes e abusos”. A folha revelava ainda que era conhecedora do fato que, naquela época, “dizer a verdade era expor o coração ao punhal do banditismo oficial”, mas exclamava que “pouco importava a morte”, quando se cumpria “um dever de consciência” (*Bisturi*, 21 jan. 1893).

Afirmava ainda o hebdomadário caricato que, graças aos desvios que os governantes promoveram no caminho em direção à “verdadeira república”, a nova forma de governo, “feita ainda ontem, não tinha uma só página na sua história que não estivesse tinta de sangue”. Na concepção da folha, a modificação institucional estabelecida a 15 de Novembro “só tinha

uma *glória*", que consistia no fato de que "nenhuma república a tinha excedido na imprudência, na hediondez, no sarcasmo, na impetuosidade da audácia levada até a demência", bem como "na torpe e crapulosa imoralidade e nas revoltantes baixezas" (*Bisturi*, 22 jan. 1893).

Logo após a posse de Júlio de Castilhos na Presidência do Estado, o *Diário do Rio Grande* apresentava um pronunciamento no qual, apesar dos cuidados na utilização das palavras, cobrava uma conduta do governante que permitisse o restabelecimento da normalidade no Estado. Mesmo qualificando o líder republicano como "*primus inter pares* de seu partido" e como "mentalidade de primeira plana, com todos os requisitos de chefe político", o jornal destacava que Castilhos havia "cometido erros graves, como todos que, desde a proclamação da República tinham influído nos negócios públicos do Estado", permitindo "três anos de agitações, de lutas inglórias e atentados", que "envergonhavam e desacreditavam" o Rio Grande do Sul (*Diário do Rio Grande*, 27 jan. 1893).

Segundo o *Diário*, a população rio-grandense tinha "o direito de exigir que S. Ex. se consagrasse sobretudo e com dedicação e solicitude, a restituir a calma a sua terra e a promover a sua felicidade e o seu progresso", pois bastava "de política de ódios e de vinganças", sendo necessária, isto sim, "uma política larga e generosa, e de repressão de crimes e abusos, fossem cometidos por quem fosse". A folha chegava a isentar Júlio de Castilhos dos acontecimentos de até então, apontando que "as maiores atrocidades" não haviam sido "cometidas durante o seu governo", no entanto, propunha, como fundamental, que o presidente

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

provasse “praticamente, com cordura, tolerância e moderação”, que “os seus sentimentos, as suas ideias, os seus intuitos” direcionavam-se real e objetivamente para “fazer uma política de confraternização e concórdia”, a única “compatível com os interesses de ordem e futuro do Estado” (*Diário do Rio Grande*, 27 jan. 1893).

O mesmo jornal oferecia a cidade do Rio Grande, como “um brilhante exemplo do quanto podia a tolerância e moderação partidárias”, já que, “enquanto em quase todo o Estado, as paixões incandescentes de partido explodiam de modo a produzirem os resultados mais profundamente lamentáveis”, na cidade portuária “nenhum cidadão, pelo fato de pertencer ao partido contrário, sofria o menor vexame, a menor violência em sua liberdade” e “antes continuavam todos vivendo fraternalmente, sem quebra das suas respectivas opiniões políticas”. Frente a isso, ponderava que se fizesse “o Sr. Castilhos o mesmo”, veria “por meio de uma política generosa e de concórdia” desarmados os adversários, atraindo-os “à colaboração do engrandecimento do Rio Grande” (*Diário do Rio Grande*, 27 jan. 1893).

Deflagrada a Revolução Federalista, agravando-se e generalizando-se os quadros de violência, o *Bisturi* continuava imputando aos castilhistas toda a culpa pelo morticínio que acontecia no território sul-rio-grandense e sobre isso apresentou um cenário tétrico, com diversos esqueletos, dentro de caixões com tabuletas nas quais estava escrito o motivo da morte de cada um. Ao apresentar a respectiva *causa mortis* dos cadáveres, o periódico citava: “assassinado por ser da oposição, assassinado por ser federalista, e assassinado por publicar artigos contra o governo”, em uma clara alusão

à sua perspectiva a respeito dos motivadores da violência (*Bisturi*, 19 mar. 1893).

Pouco mais de um mês depois do início da rebelião, o *Eco do Sul* noticiava que a “guerra intestina no Estado” ia “dia a dia tomando as maiores e mais assustadoras proporções”, levando em conta uma “tragédia horrível chamada revolução”, a qual, ainda no começo, já proporcionara “muita viuvez e muita orfandade, muitas dores, muitas lágrimas e lamentos”, além da “fome e da miséria” que já se apresentavam “com todo o seu lúgubre cortejo de sofrimentos”. O diário lamentava que todos “estes males, de tão incalculáveis efeitos”, estivessem sendo realizados “apenas” para manter Júlio de Castilhos no governo. Segundo a folha, os castilhistas eram os responsáveis por aquele derramamento de sangue, já que representavam um governo “opressor e filho da traição” que era repellido pela “maioria do povo rio-grandense”. O periódico descrevia a luta como o enfrentamento de “dois fortes exércitos”, um deles era “o dos bravos revolucionários, que pelejavam nobremente pela conquista da liberdade que lhes foi roubada por um governo tirânico e impopular”; e o outro se consistia “na tropa federal que o Sr. Marechal Floriano colocou incondicionalmente, ao serviço do Sr. Castilhos” (*Eco do Sul*, 25 mar. 1893).

A respeito do desenrolar dos acontecimentos da Revolução e de seu conteúdo de violência, o *Bisturi* descrevia, com ironia, a forma pela qual a imprensa castilhista estaria distorcendo os fatos. Afirmava que, para aqueles jornais, não houvera “ainda um combate em que saísse um castilhista com uma simples arranhadura, até ontem só houve um ferido, mas isso

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

mesmo de um desastre". Narrava ainda, em tom crítico, que "todos os castilhistas atacam com um arrojo incrível aos federalistas, que são uns poltrões, que nada valem, destruindo-os completamente, pondo-os em vergonhosa fuga", de modo que, segundo as mentiras do jornalismo governista, "ainda não tiveram uma vitória em que ocorresse uma gota de sangue dos seus companheiros", pois "toda a sua gente bate-se como leões repelindo a abordagem dos covardes inimigos, que são completamente destroçados e afugentados". E concluía, considerando que "realmente são fosfóricas as tais notícias e dignas de uma gargalhada homérica nestes tempos *sensabóricos*", nos quais "a nacionalidade política está de feição exótica" (*Bisturi*, 26 mar. 1893). No mesmo sentido, o hebdomadário trazia a representação da "guerra da degola", mostrando um chefe legalista ceifando as cabeças de vários líderes revolucionários. Ao mesmo tempo em que, de acordo com o texto, a publicação ironizava as notícias das "vitórias" legalistas, deixava que se manifestasse uma mensagem subliminar, pela qual só os governistas eram os responsáveis pela violência.

Transcorridos mais de dois meses do conflito, a imprensa oposicionista buscava noticiar os acontecimentos da Revolução, descrevendo que continuavam ocorrendo "as mais lamentáveis anomalias", diante do que "a sociedade em geral via-se abatida, prostrada por esta atmosfera de fumo que a envolvia e o pânico natural decorrente" que a oprimia "como um guante de ferro" (*Eco do Sul*, 7 abr. 1893). Apesar da censura, o *Bisturi* propunha-se a continuar denunciando e, mais do que isso, combatendo a violência que, segundo ele, partindo dos governistas,

avassalava o Rio Grande do Sul. Afirmava o semanário: “Como já sabem os nossos leitores, temos a boca amordaçada, não nos sendo permitido falar com a necessária franqueza” sobre “o que desgraçadamente se está passando no interior do Estado”, pois “a nós, pobres defensores da causa dos oprimidos, da causa dos fracos, não nos é dada a liberdade de falar” das coisas “que nos aviltam e nos rebaixam no conceito dos povos civilizados”. Segundo a folha, aquela “horda de bárbaros” continuava “a espalhar o terror, a miséria e a morte por toda a parte”, mas animava ao jornal “a esperança de que um dia teremos um governo decente e justo, cercado de simpatias profundas, um governo que faça respeitar o direito de todos”, de modo a colocar “os grandes interesses da sociedade acima das conveniências de facções partidárias”. O hebdomadário declarava não querer “um governo de déspotas, de ódios e vinganças que mande cometer todos os horrores que se pode imaginar em nome da República, como se a ideia republicana”, a qual “devia ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos”. Finalmente, o *Bisturi*, com esperança, vaticinava: “Tudo tem seu termo final e, um dia, cessarão esses contínuos atentados à vida, à honra e à propriedade individual que tanto nos envergonham e nos aviltam aos olhos do mundo inteiro”; e complementava: “A gente quando frentei o sangrento panorama político que se desenrola aos nossos olhos, sente desejos de converter a pena em punhal para embebê-la na alma perversa dos vândalos.” (*Bisturi*, 30 abr. 1893)

Ainda na concepção do *Bisturi*, já passados três meses do início da Revolução, e com o incremento à

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

repressão sobre a imprensa, permanecia a ideia de que todos os males advindos da guerra civil deveriam ser atribuídos aos governistas gaúchos. Afirmava, assim, que se a guerra ardia “de alto abaixo das frondosas campinas” rio-grandenses, ela fora “produzida pelo grito sacrossanto da liberdade ameaçada” e era “filha da traição de um ambicioso que, uma vez elevado às douradas poltronas do Estado”, do mesmo “tinha torpemente abusado, aniquilando a dignidade de um povo, para fazer-se mais forte perante uma parte de amigos ambiciosos”. Defendia, desse modo, que a luta travada no Rio Grande do Sul era uma “obra diabólica da ambição e soberba de um governador inconsciente e desumano” (*Bisturi*, 4 jun. 1893).

As folhas oposicionistas ainda conseguiriam informar sobre o confronto bélico por mais alguns meses e continuariam acusando os governantes nas esferas federal e estadual como os responsáveis pela continuidade da luta. Nessa linha, eram denunciados “os assassinatos e os assaltos à alheia propriedade cometidos pela desenfreada patriotada castilhista” que, autorizada pelo “governo da *legalidade*” levava a “devastação e o morticínio” coroados uma “obra de destruição” (*Eco do Sul*, 14 jun. 1893). Além disso, o *Eco* continuou divulgando os acontecimentos violentos ocorridos nas mais diversas localidades gaúchas. Ainda identificando as forças governistas como autoras destes atentados, o periódico denunciava “roubos e morticínios”, “saques e assassinatos”, “selvageria – criança esquartejada”, “governo do crime”, “cenas horríveis” e “anarquia mental e moral”.

O *Bisturi* buscava associar violência e repressão, ao enfatizar o fato de que o autoritarismo de Júlio de

Castilhos estaria trazendo consigo a destruição do Rio Grande do Sul e, a este respeito, apresentou uma ilustração na qual o governador destruíra na fogueira a Constituição, o Código Civil, a liberdade de imprensa e o próprio Rio Grande do Sul. Em meio à explosão provocada pelo líder republicano, “voavam” pelos ares o “câmbio”, o “comércio”, a “indústria” e a “lavoura”, em uma referência aos prejuízos econômicos que o Estado vinha sofrendo com a guerra civil. Também aparecia “voando” o “pobre”, segundo o jornal, um dos maiores prejudicados com a guerra. Já ao longe, surgiam balões com as inscrições: “viva os revoltosos”, “abaixo o despotismo”, “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”, traduzindo a esperança do periódico no avanço do movimento rebelde (*Bisturi*, 25 jun. 1893). Diante do quadro, Castilhos estaria proferindo os seguintes versos: “Como Governo a capricho/ Declaro de coração/ Que vou queimar o Código/ A Lei e a Constituição./ Tudo vai à fogueira/ O que se escreve e se pensa/ E vou também queimar/ A liberdade de imprensa./ E para que ninguém murmure/ Já dentro desta barrica/ O ‘Rio Grande do Sul’/ Também queimando fica” (*Bisturi*, 19 mar. 1893).

Com a veementemente repressão oriunda da legislação de imprensa de outubro de 1893, o silenciamento da imprensa sobre os episódios revolucionários tornou-se recorrência natural. Nesse quadro, o *Diário do Rio Grande* e o *Artista* silenciaram de vez, ao passo que as folhas oposicionistas – *Eco do Sul* e *Bisturi* – tiveram sua circulação interrompida. Ainda assim, ao final de 1893, o *Diário do Rio Grande*, em nome da imprensa “neutra”, fazia um balanço do ano findo e manifestava seu desejo pelo final do conflito bélico.

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Descrevia que aquele, “para o Brasil em geral e especialmente para o Estado do Rio Grande do Sul” fora “um verdadeiro ano de sérias preocupações e desoladoras calamidades”, e que, “se assinalando pela mais tremenda guerra civil que jamais ensanguentou o solo rio-grandense, o ano de 93” teria sido “abundantíssimo de desgraças, cujas consequências se fariam sentir durante largo lapso de tempo”. Diante do exposto, o jornal fazia “votos ardentes” por um futuro “mais benigno, pondo-se termo à luta de extermínio entre irmãos e consolidando a República Brasileira com uma nova era de paz e de progresso” (*Diário do Rio Grande*, 31 dez. 1893).

Assim, a imprensa rio-grandina reproduziria através das páginas de seus jornais vários elementos que viriam a ser marcantes na formação histórica da Revolução Federalista, ligados a episódios de assassinatos, roubos, estupros e, enfim, crimes generalizados. Essas características acabariam por ser marcantes nas construções discursivas entabuladas acerca da guerra civil, contribuindo isso decisivamente para os fenômenos de silenciamento, menosprezo e/ou preconceito para com o conflito, considerado como um desvirtuamento de conduta dos rio-grandenses, entregues às paixões partidárias, em uma vitória da emoção sobre a razão. Enfocar a Revolução Rio-Grandense de 1893-1895 sob o viés da violência não chega a consistir um desacerto, no entanto, reduzir o conflito apenas ao seu conteúdo violento, em uma visão exclusivista e reducionista, sem levar em conta os fundamentos político-partidários, ideológicos e socioeconômicos, isto sim, constitui um erro crasso.

Ao envolver atentados à vida, à propriedade e à honra, a Revolução Federalista mexeu com vários dos tabus da sociedade gaúcha, entretanto a violência foi recorrentemente uma marca registrada nos confrontos do extremo-sul da América Meridional e não era estranha a interpenetração de influências das práticas platinas, durante as revoltas, nos conflitos rio-grandenses de mesma natureza, ou seja, o conteúdo de violência fez parte da própria formação histórica sul-rio-grandense na luta pela defesa das fronteiras. Porém, a tradição e segmentos representativos da historiografia tratariam de criar junto à memória coletiva a imagem de uma excrescência para a Federalista, reservando à mesma um lugar secundário, ou ainda a própria ausência, no panteão cívico das datas rio-grandenses. Os jornais rio-grandinos, ao refletir os acontecimentos violentos que marcaram a revolta, colocam os mesmos como mais um dos fenômenos que se desencadeavam nas terras gaúchas, deixando evidenciado que o mesmo estava vinculado intrinsecamente às lutas partidárias, não se constituindo, portanto, em fator isolado no cenário da guerra.

Além disso, os periódicos da cidade do Rio Grande, tal qual o fizeram a maior parte dos autores que trataram da Federalista, notadamente durante a República Velha, descreveram os episódios sobre a guerra civil, que lhes foi possível narrar, sob o viés do partidarismo. Como nos trabalhos de Wenceslau Escobar, Ângelo Dourado, Múcio Teixeira e Germano Hasslocher, entre muitos outros, as descrições/explicações sobre a Revolução Rio-Grandense de 1893 foram realizadas sob o espírito de uma filiação partidária, criando-se versões sobre o

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

conflito que se constituíram em “verdades” discrepantes entre si, ou seja, edificava-se uma “verdade castilhista” e outra, “federalista”, dependendo do ponto de vista do narrador. De acordo com essa perspectiva, abordava-se também o conteúdo da violência, no seio do qual os opositoristas acusavam os sectários do castilhismo como os únicos responsáveis pela violência desenfreada, e a recíproca era verdadeira, ou seja, os atos violentos eram praticados, de forma integral, pelos rebeldes, de acordo com a perspectiva dos legalistas. Nesse sentido, os jornais rio-grandinos, com suas variáveis construções discursivas, ou seja, a “neutralidade” apartidária do *Diário do Rio Grande* e do *Artista*, e a manifesta oposição, enquanto lhes foi possível, do *Eco do Sul* e do *Bisturi*, não se furtaram a abordar o tema da violência, como mais um dos fatores motores da guerra civil, explicando direta/indiretamente, ou ainda de forma explícita/implícita que a culpa daqueles atos violentos cabiam ao autoritarismo/exclusivismo governista, pregando alguns a pacificação pela conciliação e, outros, enquanto a coerção permitiu, o fim da situação vigente através da vitória da revolução⁴⁶.

⁴⁶ Publicado originalmente em: *Cidade do Rio Grande: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2002. p. 127-145.

O término da Revolução Federalista na perspectiva da imprensa rio-grandina

A Revolução Rio-Grandense de 1893 constituiu o mais grave obstáculo à estabilização da forma de governo instaurada a 15 de novembro de 1889. Congregando as mais variadas frentes insatisfeitas com os rumos adotados pelos novos governantes, a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul, foi a alternativa encontrada pelas forças anticastilhistas, aliadas do poder, contra a perpetuação do castilhismo no governo. A Revolta se estenderia além das fronteiras gaúchas, chegando à Santa Catarina e ao Paraná e se uniria a outra frente rebelde de então, representada pelos revoltosos da Armada. O movimento de contestação aos novos detentores do poder, Júlio de Castilhos no quadro regional e Floriano Peixoto, que apoiou aquele, no federal, se prolongaria até 1895, quando a desigualdade de forças entre legalistas e revolucionários, bem como a heterogeneidade que marcava este grupo levariam à derrota dos últimos.

A pacificação do Rio Grande do Sul foi um dos principais objetivos do primeiro Presidente civil, Prudente de Moraes, desde o início de seu mandato, em novembro de 1894. Para o Presidente da República, a paz no sul significava um importante passo em direção à

extinção da crise política, buscando, a partir daí, também eliminar a agitação jacobina e os débeis resquícios restauradores. Os passos decisivos em direção à pacificação foram dados com a vinda do general Inocêncio Galvão de Queiróz, enviado pelo Governo Federal como Comandante Militar no Estado, não tendo, porém, funções exclusivamente militares, mas também políticas, ficando com a responsabilidade de conduzir as negociações com as forças rebeladas. As diligências com as lideranças federalistas, representadas pelo General João Nunes da Silva Tavares, começaram em maio de 1895, com a troca de correspondências entre os dois militares.

O encontro desses generais deu-se em julho de 1895, quando o líder revolucionário declarou as condições para o armistício, que seriam efetivas garantias e direitos constitucionais para os rebeldes; garantia de que se realizaria a “reconstituição” do Rio Grande do Sul, de acordo com a Constituição Federal; e salvaguarda de requerer indenizações por prejuízos de guerra nas propriedades dos revoltosos. Apreciadas essas exigências pelas autoridades governamentais, a primeira foi aceita quanto à defesa dos direitos constitucionais dos rebeldes, porém, no caso da anistia aos crimes políticos, foi considerada uma atribuição do Congresso Nacional; a segunda foi apontada como inaceitável; e, quanto à última, foi garantido que ambas as partes teriam direito a indenizações.

Nesse quadro, a paz foi efetivada na cidade de Pelotas em agosto de 1895. No entanto, ficava em aberto uma decisiva questão, ou seja, os rebeldes insistiam na “reconstituição” do Estado, intento no qual chegaram a contar com alguma simpatia do general Galvão de

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

Queiróz, fator que levou a desentendimentos entre este militar e Júlio de Castilhos. O Governador do Estado seria acusado de estar emperrando o processo de pacificação, pois teria interesse na continuação do conflito para a eliminação total dos federalistas. Além disso, Castilhos não aceitava qualquer alteração na Constituição Rio-Grandense, baluarte que garantia a perpetuação dos governistas no poder e, na queda de braço, venceria o Governador, sendo o general substituído nas suas atribuições no Rio Grande do Sul.

Diante disso, “o Governo Federal não só desautorizou o militar pacificador como confirmou, com veemência, a sua intenção em não intervir na vida constitucional e política” rio-grandense. Mais uma vez a força federal, que já havia auxiliado militarmente, contribuiu politicamente, de forma decisiva, para garantir Júlio de Castilhos no Governo do Estado. Desse modo, “a paz não significou o fim das cisões, e inclusive, ao contrário, serviu para acirrará-las, pois os rebeldes, embora recebendo a anistia do Congresso, continuaram aliados do processo eleitoral”, além disso, “a manutenção dos pressupostos constitucionais rio-grandenses inalterados” serviria “para garantir a continuidade do bloco castilhista e, posteriormente, borgista no poder”, o que perduraria por mais de três décadas⁴⁷.

⁴⁷ ALVES, Francisco das Neves. Pacificação, pacificações (1845 e 1895). *Revista Biblos*. v. 8. Rio Grande: Ed. da FURG, 1996. p. 95-108. A paz de 1895 não foi orientada por princípios conciliadores, significando muito mais a vitória do grupo governista. De acordo com Sandra Pesavento, que denomina o processo de pacificação da Federalista de “*pax positivista*”,

Assim, o final da Revolução Rio-Grandense de 1893 não significou o encerramento das disputas políticas no Rio Grande do Sul, persistindo a bipolarização partidária e os confrontos discursivos, eleitorais e até militares dela advindos, que continuariam a se fazer presentes por décadas. Dessa maneira, ainda que firmada a paz e depostas as armas, “os espíritos continuaram em pé de guerra, com a família rio-grandense profundamente dividida entre maragatos e pica-paus”⁴⁸, de modo que, as sequelas desse conflito se prolongariam até a década de trinta do século XX. Nesse contexto, a Revolução Federalista perfez “a preceito o axioma braudeliano da rebeldia curta no cronológico, mas de longa duração no estrutural”, uma vez que se ligou à de 1923, e, “levando de braços dados os remanescentes e descendentes de maragatos e republicanos, consagrou os seus princípios reitores no movimento nacional de 1930”⁴⁹.

essa foi “fundamentalmente uma ‘paz de cemitério’, com uma significativa dose de mortos, exilados, vencidos e a economia pecuária desorganizada”. PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 96. Uma significativa coleção de documentos a respeito do processo de pacificação sul-rio-grandense pode ser observada em: VILLALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1897. p. 259-270.

⁴⁸ REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus: guerra civil e degola no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 90.

⁴⁹ MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. (orgs.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da FURG, 1993. p. 22. Ainda sobre o final da Revolução Federalista e suas sequelas,

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

O processo de pacificação da Guerra Civil de 1893-1895 foi apresentado nas páginas dos jornais da cidade do Rio Grande, uma das mais importantes comunidades gaúchas de então, apesar do direto controle das autoridades públicas e da coercitiva legislação de imprensa naquele momento em vigor. Desde o final de 1894, a imprensa manifestava esperanças pelo encerramento do conflito que dilacerava o Rio Grande do Sul há quase dois anos. Nesse sentido, revelava-se o desejo de um breve restabelecimento da normalidade no Estado, destacando-se que as “paixões partidárias e, não poucas vezes, ambições pessoais” tinham “criado dificuldades à marcha governativa do país e acirrado ódios até o extremo”, promovendo “lutas intestinas”, as quais seriam “o mais poderoso elemento da decadência de um povo”. Apelava-se, assim, para que se pensasse seriamente “nos erros passados, inaugurando uma época de paz e prosperidade”, fazendo-se “os mais ardentes e sinceros votos para que

ver: FRANCO, Sérgio da Costa. O sentido histórico da Revolução de 1893. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia do Rio Grande do Sul, 1962. p. 214.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 88-89.; LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 78-80.; LOVE, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, B. (dir.). *História geral da civilização brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. v. 8. p. 110-111.; e TRINDADE, Héglio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, J.H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 142-144.

fosse inaugurada uma época de verdadeira paz” (*Artista*, 14 nov. 1894).

Na eleição do primeiro presidente civil, vislumbrou-se a possibilidade da pacificação do Estado, desde que o novo governante promovesse o “completo esquecimento e a inauguração de uma época” que fizesse “convergir para um só ponto as forças vivas do país, tendo como resultante o completo engrandecimento” nacional. Segundo essa perspectiva, a guerra trazia terríveis consequências, lastimando-se que o ano de 1894 tivesse terminado ainda com o país “convulsionado pelas lutas intestinas, das quais, infelizmente para o Brasil e em especial para o Estado”, ainda não era possível, “com rigorosa precisão, determinar a época em que deveriam desaparecer” (*Artista*, 16 nov. e 31 dez. 1894).

Destacava-se ainda que era “profundamente triste que os filhos da mesma terra, impelidos por paixões diversas”, não tivessem abandonado a luta, “unindo-se por abraços fraternais”; desejando-se que no futuro ano fossem apaziguadas as “diversas facções políticas”, começando “uma época de paz e prosperidade”. De acordo com essa visão pacifista, tornava-se “necessário esquecer completamente injúrias e divergências de tempos já passados”, demonstrando-se “a um mundo civilizado que, dotados de um espírito superior”, os rio-grandenses não deixariam prolongar-se uma luta que só trazia, “como necessária consequência, o estacionamento da terra” sul-rio-grandense (*Artista*, 31 dez. 1894).

Em fevereiro de 1895, prosseguia a profissão de fé pacificadora e já se apresentava algumas informações com respeito à possibilidade de pacificação do sul do

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

país. Na inauguração do primeiro governo civil e nas atividades do Congresso Nacional, vislumbrava-se, mais uma vez, o caminho para o fim da guerra, já que o país aspirava “ardentemente entrar num período de paz para poder entregar-se com ardor às lutas do trabalho e do progresso”, intento “patriótico” que só dependia do governo e “do Congresso, cujos atos iriam servir de senha do bem ou do mal da República”. Além disso, declarava-se que, “sem ligações de espécie alguma com os partidos em luta desesperada e nefasta”, todos os cidadãos deveriam “dar tréguas às suas ambições e trabalhar em comum para a consolidação, prestígio e engrandecimento da República” (*Diário do Rio Grande*, 3 maio 1895).

De acordo com esse espírito pacifista, o *Artista* de 24 de agosto de 1895 louvou, com entusiasmo, a pacificação da Revolução Federalista. Na sua concepção a paz só fora estabelecida a partir da interferência do poder federal, o qual teria garantido condições “honrosas” aos beligerantes, fazendo prevalecer a ideia pacifista sobre a força das paixões que pretendiam sustentar a guerra, em uma referência indireta à ação dos castilhistas. Nessa linha, exclamava o jornal: “Paz! É esta a palavra que neste instante psicológico irrompe de todos os lábios como uma expressão de alegria!” – e prosseguia: “Essa terrível luta fratricida que corroía o nosso organismo social e impedia o desenvolvimento deste abençoado torrão meridional”, não iria mais chamar “aos campos tintos de sangue os nossos irmãos, pois que o sábio governo da República”, estando “inspirado na justiça e no direito”, estaria a conseguir exterminar “o fenômeno de uma maneira honrosa, fazendo prevalecer a sua ação, a despeito de certas

paixões políticas que se opunham à realização de tão nobre e sublime ideia". E, no mesmo sentido, declarava: "Devemos olvidar as guerras – esses terríveis fenômenos sociais – que aniquilam, deixando em sua passagem a miséria, o terror, o luto, a dor. Basta de sangue!"

No dia seguinte, exultante, o *Diário do Rio Grande* noticiava a paz e exortava a todos para o fim das paixões partidárias, uma vez que "sem" vencedores ou vencidos, o país deveria prosseguir no rumo da normalidade. Anunciava a folha: "Está terminada a luta tremenda que durante cerca de três anos ensanguentou o solo abençoado do Rio Grande do Sul", com "três anos de hecatombes, de terríveis morticínios, de desolação e de luto". Segundo o jornal, a "paz era a mais ardente aspiração nacional", o que foi demonstrado pela "opinião de todos os estados e manifestou-o a imprensa independente de um a outro extremo do Brasil, não inspirados aquela e esta por conveniências de partido". Na mesma linha, afirmava: "Para longe as exaltações partidárias. Tratemos de curar os males que nos causou esse doloroso período de dores. É dever de todos, gregos ou troianos", pois em uma guerra civil "não há vencedores nem vencidos. Vencida é só a pátria. Ela é que sente as desgraças de seus filhos".

Na mesma edição, o periódico declarava: "Procuremos todos esquecer ressentimentos e lembremo-nos que já basta de darmos aos estranhos o espetáculo de nossas lutas sangrentas", em um quadro pelo qual "enquanto nós nos trucidamos reciprocamente, outros estados da República têm progredido admiravelmente". Considerava que "é tempo de cuidarmos seriamente de tornarmos a República uma realidade". E prosseguia: "Para isto basta

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

que todos moderem as suas paixões e se lembrem que superiores a estas estão os interesses sagrados da pátria e do nosso caro Rio Grande”, pois “não há sacrifícios que aquela e este não mereçam” (*Diário do Rio Grande*, 25 ago. 1895).

Apesar do entusiasmo pela pacificação, o jornal rio-grandino não se deixou de chamar a atenção para um elemento significativo que acompanhava o final do conflito, pois, por mais que se manifestasse o desejo pelo encerramento das disputas partidárias, já se fazia referências quanto às profundas sequelas que a guerra civil deixaria na vida dos sul-rio-grandenses, as quais viriam à tona no futuro. De acordo com essa perspectiva, a “acumulação de ódios e paixões incandescentes e de sacrifícios ingentes”, dificilmente seria extinta, deixando os três anos de luta um “longo sulco de lágrimas, de dores, de ruína e ressentimentos”, os quais representariam “fundos e tristes vestígios” (*Diário do Rio Grande*, 25 ago. 1895) que demarcariam o porvir do Rio Grande do Sul.

Um dos jornais rio-grandinos mais veementes no combate aos novos governantes republicanos foi o *Eco do Sul*, postura que custou profundas perseguições aos mantenedores do jornal. A posição de resistência ao autoritarismo dos homens públicos acarretou a esse periódico uma série de ameaças, tendo, inclusive, a sua circulação sido interrompida por várias vezes, como entre 1894 e 1895. Somente com a pacificação a folha voltaria a circular e, já no primeiro número que marcava sua volta, a 1º de setembro de 1895, o diário saudava a possibilidade do retorno às liberdades individuais que se esperava cristalizar a partir do advento da paz. Para o jornal, naquele momento, dissipava-se, “aos rubros

clarões da suspirada aurora redentora, a espessa e negra nuvem que toldava o horizonte desta pátria altiva e sobranceira” e “de novo se divisa grandiosa e radiante a figura imponente da santa liberdade, a quebrar com a lança inflexível os ferros opressores”; de modo que, “restabelecida a ordem no Estado, com efetividade das garantias prometidas pelo Governo Federal”, poderia, “enfim, o povo rio-grandense fazer valer os seus direitos dentro da órbita legal e, impávido, caminhar para o futuro”.

Para o *Eco do Sul*, a paz fora honrosa, sem que tivessem se formado as figuras de vitoriosos ou derrotados. Afirmava que, com a pacificação, os revoltosos, “bravos e verdadeiros patriotas que tiveram por ideais sublimes e majestosos, a pátria e a liberdade”, poderiam voltar “aos lares cobertos de glórias, certos de haverem conquistado esplêndido triunfo”, pois, “na luta, felizmente terminada, não houvera vencedores nem vencidos”. Argumentava ainda que, se “fosse forçoso determinar quais os vencedores, caberia justa e indubitavelmente este título às hostes revolucionárias” para quem fora “a paz proposta com garantias emanadas do Governo da República”, o qual faria “efetiva a liberdade de que carecia o povo rio-grandense”. Para reforçar seu argumento, a folha explicava que “a revolução tinha elementos para a luta” e fizera a paz, “sem pedir misericórdia”, porque “propuseram-lhe um acordo que, julgado honroso e patriótico”, fora aceito pelos líderes revoltosos (*Eco do Sul*, 1º set. 1895).

Ainda que saudasse a pacificação, mantendo suas posições político-partidárias, o *Eco do Sul* lançava contra os republicanos castilhistas a acusação de que os

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

mesmos dificultaram o processo de implementação da paz. Segundo o diário, “todo mundo sabia a força que o castilhismo tinha feito para evitar que se realizasse a pacificação do Estado”, pois, “sacudido pela ambição inigualável do mando”, queria “o poder pelo poder, como garantia à satisfação de seus desejos individuais”. Diante disso, a folha aplaudia a atitude do Presidente Prudente de Moraes, o qual “animado das melhores intenções, tendo em vista salvar a pobre pátria do abismo em que ia resvalando, sabiamente resolvera dar um golpe de morte nos abusos”, terminando com a guerra civil que “acendia ódios e rancores, fazia cair a jorros o sangue de irmãos, punha em desbarato as finanças do país”, suprimindo “o crédito no estrangeiro, abalava a confiança no interior e aniquilava os elementos de progresso”. E tudo isso serviria para o proveito único dos governistas rio-grandenses, que estariam vivendo “à custa das dores cruciantes que invadiam a alma popular”. De acordo com essa convicção o jornal destacava que Júlio de Castilhos e seus sectários tudo fizeram para obstaculizar a obra pacificadora do primeiro Presidente civil e de seu emissário, o general Inocêncio de Queiroz, afirmando que “não restava dúvida alguma de que o Presidente do Estado e seus amigos não queriam a paz” e só uma vez “convencidos da nulidade de seus esforços pela guerra, aceitaram, com desgosto o fato consumado”⁵⁰ (*Eco do Sul*, 7 e 10 set. e 10 out. 1895).

⁵⁰ Para o *Eco*, uma das razões dos castilhistas baterem-se pela continuidade da guerra tinha por fundamento interesses pecuniários. Argumentava que Júlio de Castilhos “não tinha por si a opinião pública e carecia dessa gente que, sem moral e

Apesar da pacificação, o *Eco do Sul* ainda buscava alertar para o perigo que os castilhistas representavam para a sociedade sul-rio-grandense. Comparando os governistas a um animal selvagem, o jornal descrevia um castilhismo que “iracundo e feroz, atrabiliário e sanhudo”, farejava “vítimas, sedento de sangue e ansioso por sentir o cheiro de cadáveres apodrecidos”. Avisava que os adeptos de Castilhos tramavam “contra a vida e a liberdade, contra a honra da Pátria e a paz do Estado”, devendo, com isso, precaver-se o Presidente da República “contra os instintos sanguinários e perversos que alentavam os tigres esfaimados”. Argumentava ainda que os castilhistas fingiam “acatar a autoridade do Dr. Prudente de Moraes” e simulavam “respeito e obediência ao ilustre chefe da nação”, mas “mentiam”, pois “odiavam” tanto o Chefe de Estado quanto o seu enviado, o general Queiroz. Conclamava, enfim, todos a compreenderem que era “a traição que se preparava”, pois as “entranhas

sem ideias, atirara-se a tristes aventuras com a mira na pilhagem. Tinham as forças castilhistas enormes vencimentos pagáveis pelos cofres da nação e ainda assim não respeitavam os sagrados direitos de propriedade. (...). Eram na maior parte uns ganhadores os soldados das forças castilhistas, e não poucos de seus chefes se fizeram senhores de grande cabedais, colhidos em meio da anarquia. Eis porque, agora, que não vencem mais soldados, os devastadores da pátria rio-grandense gritam, esbravejam contra o Dr. Prudente de Moraes e seu ilustre delegado militar. Entretanto, os bravos federalistas, que só tinham diante dos olhos a Pátria e a liberdade, rejubilam-se entre os cantos de paz e entoam hinos de louvor aos fatores da pacificação rio-grandense” (*Eco do Sul*, 2 out. 1895).

TEMÁTICAS HISTÓRICAS ACERCA DA IMPRENSA RIO-GRANDINA

de *Judas*” dos situacionistas rio-grandenses destilavam “uma perversão política e moral” (*Eco do Sul*, 18 set. 1895).

Assim, a partir da paz obtida no Rio Grande do Sul em agosto de 1895, a imprensa rio-grandina apresentou várias repercussões nas folhas de seus principais periódicos, refletindo as formas de pensar de amplos segmentos da sociedade sul-rio-grandense. O *Diário do Rio Grande* recebeu a pacificação, enaltecendo-a, mas, ao mesmo tempo com desesperança, pois afirmava estar terminada a hecatombe, em concordância com as aspirações nacionais, porém, a acumulação de ódios e paixões deixariam sequelas cujos efeitos se fariam sentir no futuro. O *Artista* já apresentou uma versão mais ufanista para os fatos, declarando que terminara a luta fratricida que corroía e impedia o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, mas buscava evidenciar que a paz fora fruto da ação do Governo Federal (e não do Estadual) que, inspirado na justiça e no direito, impusera-se às paixões políticas. O *Eco do Sul*, por sua vez, também enalteceu a pacificação como uma forma de retomada das liberdades públicas, mas ressaltou que os castilhistas, que tudo teriam feito para evitar a paz, continuavam a constituir uma ameaça à liberdade, à honra e à paz do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nesse sentido, reproduziu-se nas páginas dos diários rio-grandinos muitas das reações que marcaram o cenário gaúcho daquele momento histórico, valorizando-se a paz, mas deixando claro que as mazelas que haviam levado à deflagração da guerra não tinham sido

resolvidas com o fim da mesma e, muito pelo contrário, estavam ainda mais acirradas⁵¹.

⁵¹ Publicado originalmente em: *Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2001. p. 81-90.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



9 786553 060845

ISBN: 978-65-5306-084-5